



Relatório de Administração CCEE - 2014

Caro leitor,

O Relatório de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE é uma publicação digital divulgada anualmente para apresentar a instituição e os resultados de suas operações à sociedade, aos agentes associados e aos demais interessados no mercado brasileiro de energia elétrica.

Conheça abaixo as seções do relatório e navegue pelo conteúdo.

A Instituição

Um balanço do ano, nas palavras do presidente do Conselho de Administração, e informações sobre as atribuições, a governança e o papel da CCEE no setor elétrico brasileiro.

Tecnologia

As principais realizações da área de Tecnologia de Mercado da CCEE, que disponibiliza a infraestrutura tecnológica necessária às operações de comercialização de energia.

Operações

Resultados das operações da CCEE em 2014 - desde as contabilizações e liquidações financeiras, até os leilões de energia e a gestão das coletas de medição e da Conta-ACR.

Segurança

Uma das atribuições da CCEE é zelar pela segurança das operações no mercado de energia elétrica. Confira aqui um pouco sobre esse trabalho.

Atendimento

Conheça o trabalho da CCEE em prol dos agentes de mercado: as operações da Central de Atendimento, os boletins de informações ao público e os cursos de capacitação realizados.

Relacionamento

Saiba mais sobre a interação da CCEE com os agentes e instituições do mercado de energia elétrica e a sociedade, bem como as associações e parcerias fechadas pela organização.

Finanças

Informações sobre o orçamento e as contribuições associativas da CCEE, bem como as demonstrações financeiras consolidadas do ano de 2014.

Mensagem do Presidente

Um ano de superação e reconhecimento

Podemos dizer que 2014 deu sinais, logo de início, de que seria repleto de desafios para a comercialização de energia elétrica. A conjuntura hidrológica desfavorável registrada nos primeiros meses do ano levou o Preço de Liquidação das Diferenças – PLD a patamares elevados que permaneceriam vigentes até dezembro. Além disso, outra situação atípica afetava o mercado. As distribuidoras de energia encontravam-se expostas ao mercado de curto prazo, além de incorrerem em desembolsos elevados para custear a geração termelétrica adquirida em contratos por disponibilidade.

Por meio dos ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, desenhou-se uma operação de apoio ao setor de distribuição. Foi assim que a CCEE recebeu em abril, com o decreto presidencial 8.222/14, uma nova atribuição: a criação e gestão da Conta Ambiente de Contratação Regulado, ou Conta-ACR, por meio da qual foram captados R\$ 17,8 bilhões em 2014, em dois empréstimos junto a 13 bancos brasileiros e estrangeiros. Ficou acertado que os financiamentos serão quitados até 2017, por meio da cobrança de encargo nas contas de luz - o que faz com que a operação seja contabilizada à parte do balanço e das contas da CCEE e não tenha qualquer reflexo sobre seus associados.

Foi uma iniciativa importante para evitar que o mercado de comercialização enfrentasse um problema de inadimplência que poderia causar rebatimentos sobre todas as classes de agentes e representar um risco sistêmico para as operações de comercialização.

Como a CCEE ficou responsável por operacionalizar os financiamentos e a gestão da conta, podemos dizer que a instituição ganhou projeção na mídia – e nem sempre de maneira positiva. No entanto, ao operacionalizar a gestão da Conta-ACR com a transparência e eficiência que imprimimos em todas nossas atividades, acredito que conseguimos superar essa primeira impressão. Pudemos mostrar à sociedade quem somos, o que fazemos e a importância da CCEE na estrutura do setor elétrico brasileiro.

Felizmente, chegamos ao final do ano com a conta implantada, bem gerida, e com um nível de inadimplência bastante baixo nas liquidações financeiras do mercado de curto prazo. E isso mesmo com um volume recorde de movimentação financeira – mais de R\$ 40 bilhões.

Em paralelo a isso, pudemos apresentar realizações que são fruto de um trabalho que teve início em 2012, quando da reestruturação organizacional da instituição: melhorias na performance dos sistemas e na gestão de projetos em TI, com aproximação maior entre esta e as áreas de negócio; reforço contínuo do monitoramento das transações, com foco na segurança do mercado; aperfeiçoamento do atendimento prestado aos associados, que ganharam novos canais, como os voltados a novos agentes e fontes renováveis; a disponibilização de cada vez mais e melhores informações ao mercado, com uma ampla gama de boletins e dados e o lançamento do InfoMercado semanal; e um grau crescente de interação com os agentes e associações do setor elétrico, por meio de reuniões, comitês e uma política de relacionamento transparente e aberto com o mercado.



Luiz Eduardo Barata Ferreira

Pudemos mostrar à sociedade quem somos, o que fazemos e a importância da CCEE na estrutura do setor elétrico brasileiro.

Luiz Eduardo Barata Ferreira

Essas realizações foram entregues ao mesmo tempo em que reduzimos, em termos reais, a contribuição associativa cobrada junto aos agentes. O resultado é fruto da busca por novas fontes de recursos, como empréstimos junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, e de um grande esforço de gestão para aumentar a produtividade e manter o orçamento no mesmo nível de 2013.

Por fim, orgulha-nos também ter operacionalizado os cinco leilões de energia no mercado regulado de 2014, que registraram um importante marco: a primeira contratação de energia solar em grande escala no país. Foram quase 900 MW em usinas com geração comercializada. Apesar de estarmos na ponta desse processo, como os operadores do leilão, atuamos intensamente em toda a preparação destes - que envolvem diversos órgãos do setor elétrico, como a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, a Empresa de Pesquisa Energética - EPE e o Ministério de Minas e Energia, e resultam em mais energia para suportar o futuro do país.

Se tivesse que resumir 2014, diria que foi um ano de superação e reconhecimento, que permitiu à instituição uma proximidade maior com nossos clientes - os agentes de mercado e a sociedade como um todo, que podem confiar na CCEE para seguir operando o mercado de energia elétrica com competência e ética.

A CCEE

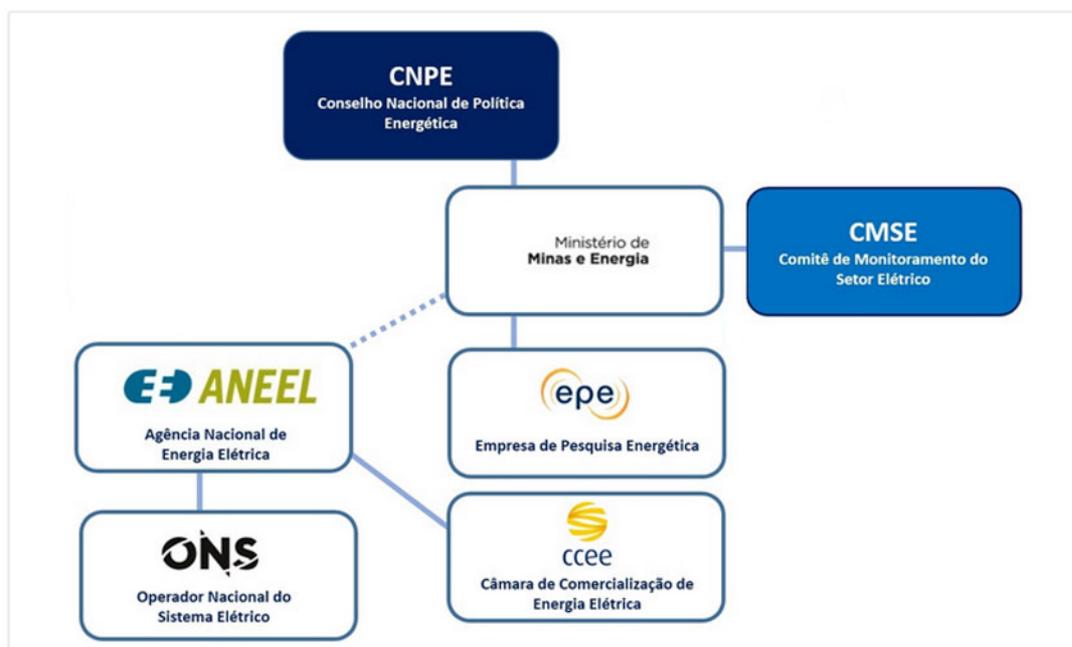
A CCEE comemorou em 2014 o aniversário de quinze anos de atuação como instituição responsável por viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica em todo o Sistema Interligado Nacional – SIN. As atribuições da organização, assim, envolvem tanto obrigações técnicas – no sentido de disponibilizar aos agentes que atuam nesse mercado a base estrutural, operacional e tecnológica para a comercialização; quanto o trabalho para proporcionar um ambiente de negócios equilibrado e seguro, por meio da disponibilização de informações e capacitação às empresas do setor, do monitoramento das transações e da promoção de debates sobre melhorias a serem desenvolvidas em sistemas, regras e procedimentos.

Quando estabelecida, em 1999, a instituição foi nomeada Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - ASMAE, que em 2000 passou a ser denominada simplesmente Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE. A definição do atual nome e papéis da CCEE veio em 2004, por meio da Lei nº 10.848/2004 e do Decreto nº 5.163/2004, que estabeleceram a Câmara de Comercialização como uma instituição civil privada e sem fins lucrativos, sob regulação e fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Desde então, a instituição tem atuado para gerenciar a comercialização de energia elétrica e garantir o estrito cumprimento da regulamentação, seja nas operações realizadas no ambiente de contratação regulada, no mercado livre ou no mercado de curto prazo.

A CCEE tem como associados os agentes de geração, distribuição e comercialização de energia, bem como os consumidores livres e especiais.

Confira abaixo a posição da CCEE entre as instituições que compõem a governança do setor elétrico brasileiro.



Regulada e fiscalizada pela Aneel, a CCEE é a responsável pela operação do mercado de energia

Principais atribuições da CCEE

- ✦ Implantação e divulgação das regras e procedimentos de comercialização de energia elétrica no país;
- ✦ Registro dos contratos estabelecidos no Ambiente de Contratação Regulada - ACR e no Ambiente de Contratação Livre - ACL;
- ✦ Apuração do Preço de Liquidação das Diferenças, o PLD, utilizado para valorar a energia transacionada no mercado de curto prazo;
- ✦ Contabilização dos montantes de energia comercializados, consumidos e produzidos pelos agentes do mercado, com a liquidação das diferenças no mercado de curto prazo;
- ✦ Coleta e registro dos dados de medição de geração e consumo de energia;
- ✦ Realização de leilões de compra e venda de energia no ambiente regulado e de energia de reserva, sob delegação da Aneel;
- ✦ Monitoramento, fiscalização e penalização de eventuais infrações cometidas pelos agentes de mercado;
- ✦ Realização, de forma centralizada, de operações que envolvem diversos agentes do mercado de energia, como as contabilizações e liquidações financeiras de energia nuclear, de cotas e de reserva, bem como a gestão da Conta Ambiente de Contratação Regulada (Conta-ACR);
- ✦ Estímulo ao contínuo desenvolvimento da comercialização de energia por meio da interação com os agentes de mercado.

Conselho de Administração



O Conselho de Administração da CCEE em 2014: Roberto Castro, Solange David, Luiz Eduardo Barata Ferreira, Antônio Carlos Fraga Machado e Ary Pinto

O Conselho de Administração, composto por cinco membros, é responsável pela gestão da organização e das operações no âmbito da CCEE, tarefa na qual tem o auxílio da Superintendência. Entre as atribuições do colegiado estão a eleição e fiscalização do superintendente, a convocação de assembleias, a aprovação de adesão e desligamento de agentes associados, a elaboração de cronogramas das contabilizações do mercado, a análise e aprovação de contratações pela instituição e o encaminhamento, à Aneel, de relatórios mensais de monitoramento do mercado.

Os mandatos dos conselheiros são de quatro anos, não coincidentes, com uma recondução permitida. O presidente do Conselho de Administração é indicado pelo Ministério de Minas e Energia; três membros são propostos pelos agentes, respectivamente, das categorias de geração, distribuição e comercialização; e o quinto é indicado pelo conjunto dos associados.

No ano de 2014, o Conselho da CCEE recebeu três novos profissionais, eleitos em Assembleia Geral realizada em maio. Ary Pinto Ribeiro Filho, engenheiro eletricista e administrador, que passou por empresas do setor como Celtins, Celpe, NC Energia, Aneel e Chesf; Roberto Castro, engenheiro eletricista, que atuou na CESP, Elektro e CPFL Energia, onde respondia pela área de comercialização; e Solange David, advogada e doutoranda em engenharia elétrica, que coordena o Comitê de Energia Elétrica do Instituto Brasileiro de Estudos do Direito da Energia - IBDE e é vice-presidente da Comissão de Direito de Energia da Ordem dos Advogados do Brasil.

Os novos conselheiros juntaram-se a Antônio Carlos Fraga Machado (eleito em abril de 2012), engenheiro civil e advogado com passagem por CEEE, Sulgás e UTE Termo Gaúcha, além de ter sido presidente do Conselho de Administração da CCEE entre 2003 e 2011; e ao atual presidente do Conselho de Administração da CCEE, Luiz Eduardo Barata Ferreira. Eleito em maio de 2011, Barata é engenheiro eletricista e possui quase 40 anos de setor elétrico, tendo atuado em Itaipu, Furnas e Eletrobras, além de ter participado da diretoria do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e do Mercado Atacadista de Energia - MAE.

Estrutura de Governança

A estrutura de governança da CCEE é composta pela Assembleia Geral - reunião dos agentes associados que representa a instância máxima de decisões na organização; pelo Conselho de Administração; pela Superintendência, que executa as diretrizes e decisões provenientes tanto da Assembleia quanto do Conselho de Administração; e pelo Conselho Fiscal, responsável por fiscalizar as finanças da instituição.

Confira abaixo mais detalhes sobre essa estrutura:

Assembleia Geral

A Assembleia Geral reúne os agentes associados à CCEE para deliberações relacionadas a todo o campo de atuação da organização – desde a aprovação do orçamento, das demonstrações contábeis e dos relatórios de auditoria até a decisão sobre a remuneração dos administradores. A CCEE promove uma assembleia geral ordinária por ano e outras, extraordinárias, sempre que necessário. Para a tomada de decisões, os votos são rateados entre os agentes, sendo parte distribuída entre todos os associados e parte proporcionalmente à energia comercializada por cada empresa.



Assembleias, que reúnem os agentes de mercado, são a instância máxima de decisão na CCEE

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável por decisões estratégicas e operacionais em relação ao mercado e à gestão da CCEE; também tem a atribuição de garantir que decisões tomadas em Assembleias Gerais sejam cumpridas.

Superintendência

A superintendência da CCEE, cargo hoje ocupado por Luiz Eduardo Barata Ferreira, tem função de auxiliar na execução das diretrizes estratégicas e decisões tomadas pelo Conselho de Administração, além de assegurar o bom funcionamento da CCEE.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da CCEE é formado por seis membros – três titulares e três suplentes. Eles fiscalizam as ações da administração em relação às finanças, o que inclui a análise das demonstrações financeiras e a eventual solicitação de esclarecimentos e informações internas que se façam necessárias para a realização desse trabalho. A atual composição do Conselho Fiscal tem como membros titulares Márcio dos Santos Rosa (representante do agente Tractebel), Marcio Antônio Guedes Drummond (Eletrobras) e Rosiléa Donizete Queiróz (Cemig); e como suplentes Paulete Pinheiro (Celesc), Marcílio Ulysses Nagayama (Copel) e Hugo Renato Anacleto Nunes (Neoenergia).



Confira na imagem a estrutura de governança da CCEE

Principais Números em 2014



O ano de 2014 foi de grandes números para a CCEE e o mercado de comercialização de energia elétrica. Confira os destaques:



2.950 agentes associados,
alta de 12% frente a 2013



20,2 mil contratos registrados
no CliqCCEE em dezembro de 2014, ou **87.749 MW médios** em energia elétrica



Apuração de
R\$ 26 bilhões em receita de venda
de contratos regulados



R\$ 37,3 bilhões
liquidados no mercado de curto prazo



R\$ 4,28 bilhões
em outras liquidações financeiras**



R\$ 4,5 bilhões
líquidos repassados aos consumidores devido
a sobra de recursos na Conta de Energia de
Reserva – CONER



R\$ 2,9 bilhões
pagos a geradores de energia de reserva a
título de receita de venda



R\$ 1,8 bilhão
em possíveis inadimplências evitadas por
meio do monitoramento e chamada de
garantias



9.435
pontos de medição cadastrados no Sistema de
Coleta de Dados de Energia - SCDE



5.198
capacitações realizadas em 2014



267
auditorias independentes sobre as operações
do mercado



Cerca de
3,4 mil
chamados atendidos por mês na Central de
Atendimento

* Operações contabilizadas e liquidadas em 2014, referentes ao período entre novembro/13 e outubro/13
** Operações contabilizadas e liquidadas em 2014, referentes ao período entre dezembro/13 e novembro/13

Tecnologia na CCEE em 2014



Tecnologia para suportar as operações do mercado de energia elétrica

A área de Tecnologia de Mercado representa praticamente um terço dos colaboradores da CCEE, o que permite vislumbrar a importância das operações tecnológicas no suporte à comercialização de energia elétrica no Brasil.

A Câmara de Comercialização disponibiliza ao mercado diversos sistemas desenvolvidos internamente ou com apoio de fornecedores, como o CliqCCEE, utilizado na contabilização e liquidação das operações e no registro de contratos, e o Sistema de Coleta de Dados de Energia – SCDE, que recebe dados de medição de geração e consumo de energia pelos agentes.

Em 2014, a CCEE investiu fortemente na otimização dos processos de desenvolvimento de sistemas, entregou novas soluções ao mercado e melhorou substancialmente o desempenho das plataformas tecnológicas existentes.

Confira abaixo alguns dos destaques dentre as ferramentas e processos desenvolvidos e lançados no ano:

Melhoria de performance nos sistemas

A migração dos sistemas tecnológicos utilizados pelos agentes de energia para uma nova plataforma de gerenciamento de banco de dados, a Exadata, o que proporcionou melhoria de cerca de 65% na performance de aplicações como o CliqCCEE, o Sistema de Coleta de Dados de Energia – SCDE e a solução de Divulgação de Resultados e Informações - DRI. A iniciativa, por meio de uma combinação entre hardware e software de alto desempenho, otimiza o rendimento e reduz os tempos de processamento.

Assinatura digital de contratos proporciona redução de custos

O ano marcou o fim da assinatura biométrica para contratos fechados no ambiente regulado, decorrentes dos leilões de energia elétrica. Agora, os documentos contam com assinatura digital, tecnologia cuja implementação reduziu os custos diretos do processo em 35%, além de ter diminuído de quatro dias para apenas um o tempo para a consolidação dos contratos.

A atualização foi decorrente do grande volume de documentos decorrentes dos leilões regulados, que têm sido operacionalizados pela CCEE desde 2004.

Novo modelo de desenvolvimento de sistemas

A CCEE implantou, a partir de setembro de 2014, um novo modelo de desenvolvimento de sistemas, que teve como base as práticas do modelo CMMI (Capability Maturity Model Integration), com objetivo de obter a certificação internacional CMMI-DEV Nível 2 junto ao CMMI Institute, entidade associada à Carnegie Mellon University.

Desde então, todos desenvolvimentos da área de tecnologia da instituição seguem um novo e rigoroso processo de controle e gestão, que inclui planejamento, monitoramento, gerenciamento de indicadores, auditoria de qualidade e outros controles. Com a nova forma de trabalho, a CCEE atinge o nível de gestão da tecnologia adotado por grandes empresas de softwares, o que representa a adoção de um elevado nível de profissionalismo e organização.

Implantação de governança da Arquitetura Empresarial

A CCEE implantou ao longo do ano um novo modelo de governança da Arquitetura Empresarial para tornar os processos de desenho e implementação de soluções tecnológicas muito mais maduros, robustos e alinhados às necessidades do negócio, o que envolveu a criação de comitês de gestão, a implementação de novos processos de inovação e gestão da arquitetura tecnológica, bem como a criação de uma base de conhecimento interna para a organização.

Soluções antecipadas

A iniciativa de gestão de disponibilidade, continuidade e capacidade, lançada em 2014, tem o objetivo de promover um monitoramento pró-ativo da infraestrutura da CCEE, de modo a permitir que a área de tecnologia antecipe-se a eventuais problemas e possa agir antes mesmo de alguma plataforma apresentar lentidão ou falhas.

Conclusão da automatização dos processos de desligamento

O processo de desligamento de agentes por descumprimento de obrigações foi automatizado, assim como já havia acontecido anteriormente com outros trâmites relacionados ao cadastro do associado, como a adesão e o desligamento voluntário. Agora, mais um procedimento deixa de demandar controles manuais e planilhas, o que otimiza o fluxo e dá mais transparência para o agente em relação ao andamento do processo.

Sistema de Backup em Disco

Em 2014, foi concluída a implementação de uma nova plataforma de backup em disco que reduziu os tempos e falhas na execução dessas operações. A melhoria faz parte da estratégia da CCEE de viabilizar e aprimorar tecnologias que garantem a continuidade de suas operações em qualquer cenário, reduzindo riscos operacionais para o mercado de energia elétrica.

Plataforma de Integração



Plataforma de Integração visa reduzir custos e riscos nas operações dos agentes

A CCEE lançou em outubro de 2014 a Plataforma de Integração, ferramenta que conecta os sistemas da instituição com os utilizados pelos agentes do mercado de energia elétrica. Com esse novo ambiente, os usuários se beneficiam pela redução do custo e do risco operacional; pela redução de atividades manuais na integração dos dados; e por uma maior agilidade e qualidade no fluxo de informações.

A solução, desenvolvida em atendimento a pleito antigo dos agentes, envolveu a participação ativa destes por meio de quatro workshops que identificaram as principais atividades a serem disponibilizadas no início de operação da plataforma. As empresas associadas à CCEE também puderam participar do período de testes e desenvolvimento do sistema.

Até o momento, foram liberadas para utilização pelo mercado funções como consulta de dados de medição e importação de arquivos de contratos, por exemplo, que viabilizam a troca direta de informações, sem que o usuário precise, manualmente, transferir informações de seus próprios sistemas tecnológicos para o ambiente da CCEE. Foi elaborado também um plano de implantação de outras funcionalidades, que devem ser desenvolvidas dentro de um período de três anos.

Desenvolvido pela área de Tecnologia da CCEE, a Plataforma de Integração demandou a contratação de serviços da IBM e consultores externos. O projeto rendeu à CCEE um lugar na lista das 100 empresas mais inovadoras do país em prêmio promovido pela IT Mídia, empresa de comunicação com um braço especializado em Tecnologia da Informação.

Agentes



Número de associados cresce 12% e ultrapassa os 2,9 mil

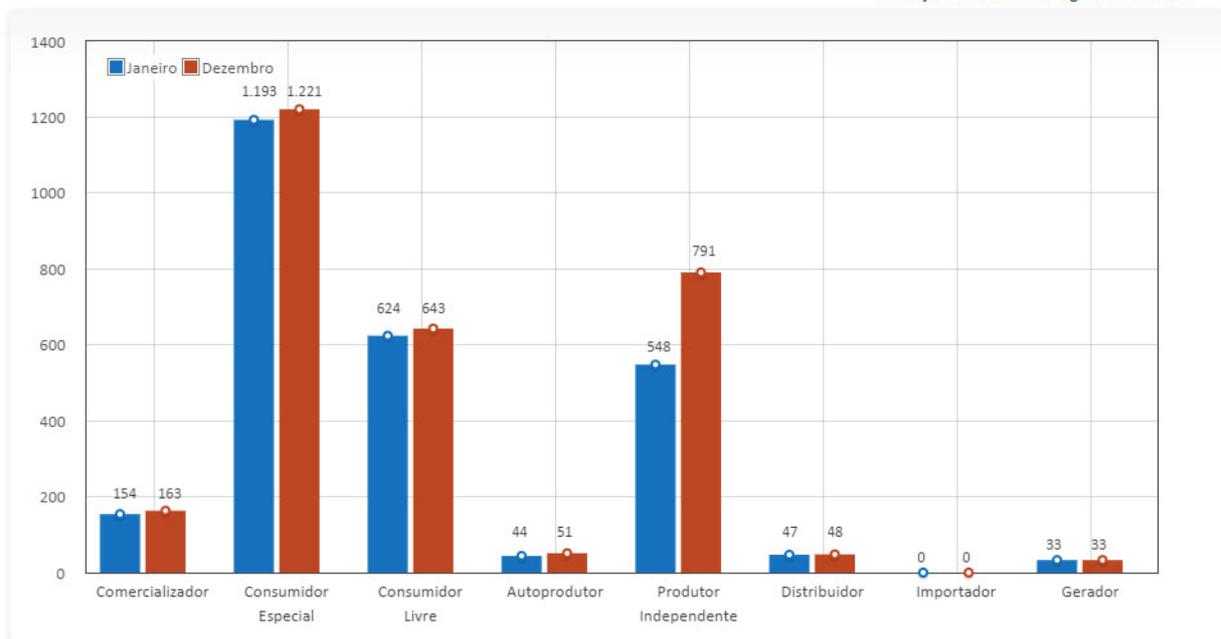
A CCEE chegou ao final do ano de 2014 com 2.950 agentes associados, um aumento de 12%, ou 325 empresas, em relação ao término do exercício anterior. Destaca-se a alta do número de agentes geradores independentes de energia elétrica, que foram de 545 para 791, um crescimento de 45%, impulsionado sobretudo pela adesão de empresas que venceram leilões para a comercialização de energia no ambiente regulado.

Acompanhe no gráfico abaixo a variação mensal dos agentes, por classe, no ano de 2014:

Evolução no número de agentes em 2014

Classe	2014											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Comercializador	154	154	154	155	156	157	157	158	159	160	163	163
Consumidor Especial	1.193	1.196	1.196	1.199	1.205	1.211	1.213	1.216	1.217	1.219	1.220	1.221
Consumidor Livre	624	625	627	631	632	632	636	637	637	641	641	643
Autoprodutor	44	44	44	44	44	45	45	46	48	50	51	51
Produtor Independente	548	549	564	583	609	632	668	687	722	779	783	791
Distribuidor	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	47	48
Importador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gerador	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33	33
Total	2.643	2.648	2.665	2.692	2.726	2.757	2.799	2.824	2.863	2.929	2.938	2.950

Evolução no número de agentes em 2014



A INSTITUIÇÃO	TECNOLOGIA	OPERAÇÕES	SEGURANÇA	ATENDIMENTO	RELACIONAMENTO	FINANÇAS
---------------	------------	------------------	-----------	-------------	----------------	----------

Histórico

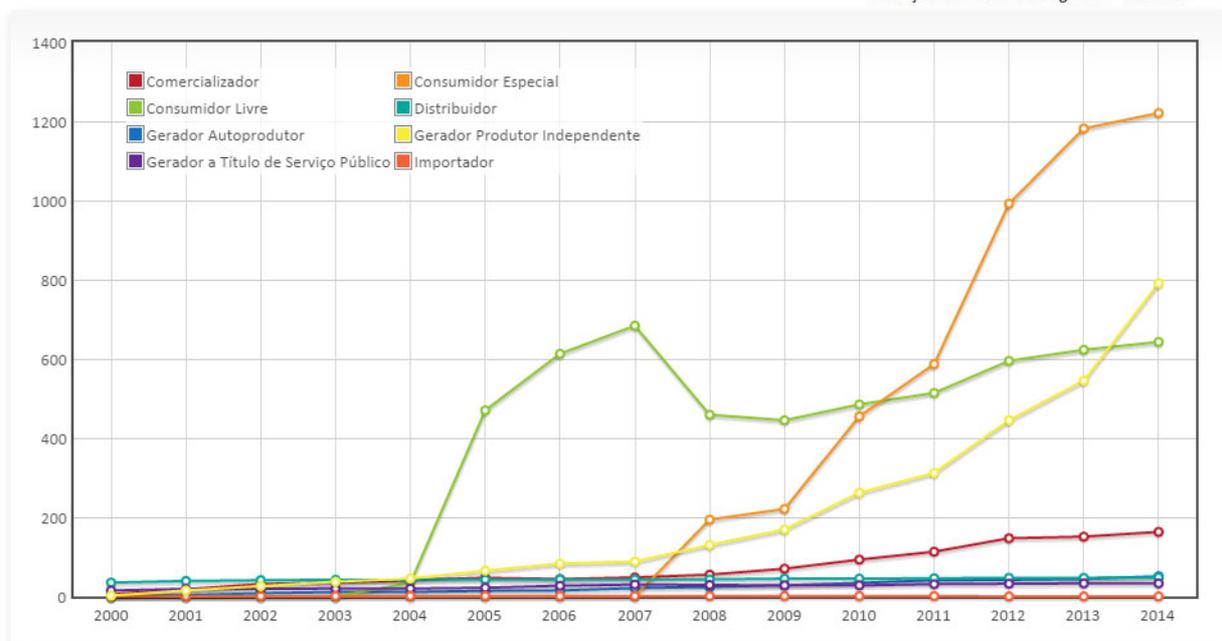
Ao longo dos anos, a CCEE apresentou grande crescimento em agentes associados - número que mostra, também, a expansão e amadurecimento do próprio mercado de comercialização de energia no país.

A tabela abaixo mostra o histórico do número de agentes da CCEE desde o ano 2000, quando eram 58, até o final de 2014, quando o quadro alcançou a marca de 2.950 associados:

Evolução no número de agentes - histórico

Classe	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Autoprodutor	0	3	8	11	11	14	15	21	24	28	34	41	42	44	51
Comercializador	5	18	31	35	41	47	44	48	55	70	93	113	147	151	163
Consumidor Livre	0	0	0	0	34	470	613	684	459	445	485	514	595	623	643
Consumidor Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	194	221	455	587	992	1.182	1.221
Distribuidor	35	39	41	42	42	43	43	43	43	45	45	46	47	47	48
Gerador	15	19	19	20	20	22	27	30	29	28	28	31	32	33	33
Importador	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0
Produtor Independente	2	15	26	37	45	65	83	88	130	169	262	312	445	545	791
Total	58	95	126	146	194	662	826	915	935	1.007	1.403	1.645	2.300	2.625	2.950

Evolução no número de agentes - histórico



Medição



CCEE ultrapassa a marca de 9,4 mil pontos de medição no Sistema de Coleta de Dados de Energia

A CCEE recebe, diariamente, dados de medição de geração e consumo de energia elétrica dos agentes de mercado, que são apurados pelo Sistema de Coleta de Dados de Energia – SCDE - plataforma que alcançou ao final de 2014 a marca de 9.435 pontos de medição cadastrados, um aumento de 5% em relação ao ano anterior.

Esses dados são comparados com os contratos de compra e venda de energia elétrica registrados no CliqCCEE para a contabilização das operações do mercado de curto prazo, no qual as exposições positivas ou negativas de cada agente são valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD. Essa apuração é efetuada semanalmente para cada patamar de carga e para cada submercado.

Ao fim de 2014, 941 agentes de medição já possuíam acesso ao SCDE e estavam aptos a operar o sistema, que possibilita ao usuário acompanhar diariamente as operações de medição, mediante consulta a relatórios, gráficos e extrato de coleta.

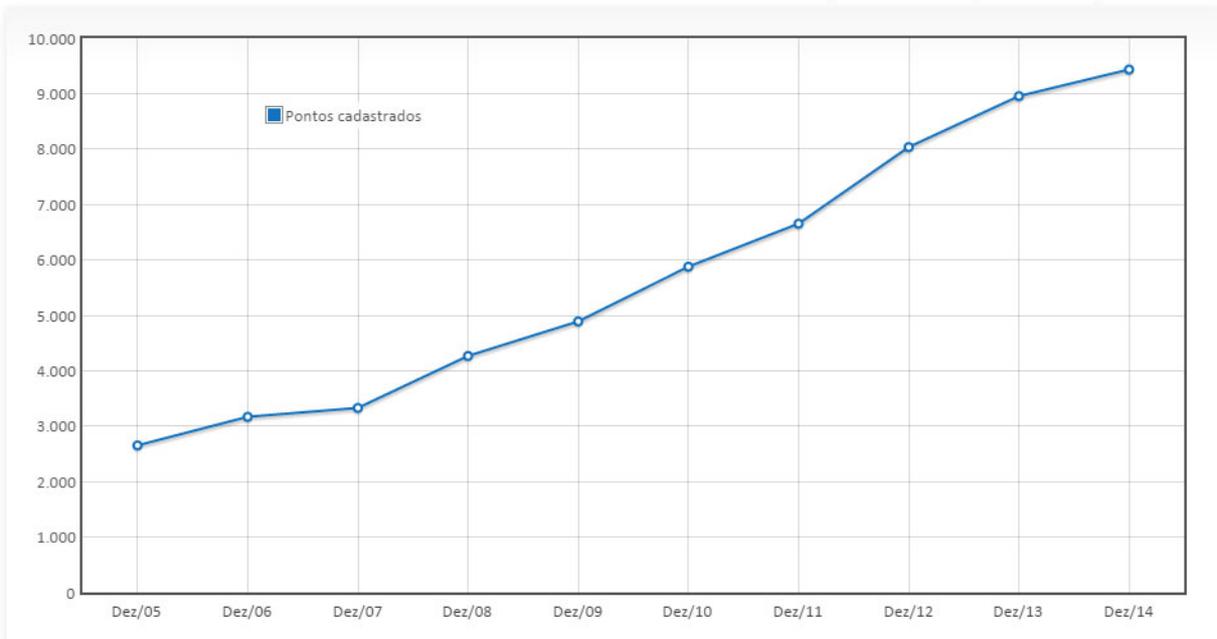
As operações de medição consistem na manutenção dos dados de cadastro dos pontos de medição, registro de notificações, coleta automática diária dos dados de medição, realização de eventuais ajustes necessários e estimativa de dados faltantes - processos acompanhados pelos agentes de medição por meio do SCDE.

Confira abaixo a evolução dos pontos de medição:

Evolução do cadastro de pontos de medição no SCDE

Mês/ano	Pontos cadastrados
Dez/05	2.653
Dez/06	3.169
Dez/07	3.329
Dez/08	4.267
Dez/09	4.890
Dez/10	5.878
Dez/11	6.654
Dez/12	8.035
Dez/13	8.955
Dez/14	9.435

Evolução do cadastro de pontos de medição no SCDE



Comitê de Medição

Foram realizadas em 2014 duas reuniões do Comitê de Medição, grupo criado no ano anterior e que tem no seu escopo de atuação o debate e acompanhamento das operações de medição física de geração e consumo de energia elétrica.

A criação do Comitê atendeu a pleito das associações do setor e teve como objetivo reforçar a transparência na condução de iniciativas destinadas ao desenvolvimento do mercado de energia elétrica. Por meio de reuniões periódicas, o grupo busca garantir que as soluções desenvolvidas para a medição atendam às necessidades dos agentes e do mercado em geral.

Leilões



Leilões fecham R\$178 bilhões em contratos de energia e viabilizam 7,6 GW em novas usinas

A área de compliance e gestão de riscos da CCEE promove programas e procedimentos internos para assegurar a conformidade da organização em relação à legislação do país e do setor elétrico; às próprias normas internas de segurança, controle, integridade, disponibilidade e confidencialidade da informação; bem como para identificar e gerir de riscos internos e externos da instituição, ouvindo os seus principais públicos. Além disso, as práticas incluem atividades de auditoria interna, gestão das auditorias externas e a vigilância do cumprimento do manual de conduta por colaboradores e fornecedores, além do recebimento e apuração de eventuais denúncias de irregularidades.

Primeiro do ano, o 13º Leilão de Energia Existente A-1 negociou energia de usinas existentes de todas as fontes, incluindo termelétricas, para suprimento entre maio de 2014 e o final de 2019.

Em junho, o 19º Leilão de Energia Nova A-3 contratou pequenas centrais hidrelétricas e usinas eólicas para operação a partir de janeiro de 2017. Os contratos hídricos têm duração de trinta anos, enquanto os demais, de vinte anos.

Já o 6º Leilão de Reserva, em 21 de outubro, contratou usinas eólicas e solares fotovoltaicas, marcando a estreia dessa última fonte em certames regulados. A licitação contratou 1.659 MW em potência instalada, sendo 890 MW solares, em uma negociação que registrou grande deságio.

No 20º Leilão de Energia Nova A-5, realizado em 28 de novembro, foram viabilizadas usinas a carvão, gás natural, biomassa, eólicas e hidrelétricas, em um total de 4.980 MW em capacidade. As plantas a gás lideraram a contratação, com 1.724 MW, seguidas pelas eólicas, com 436.

O ano encerrou com o 14º Leilão de Energia Existente A-1, que em 12 de dezembro movimentou 16,4 milhões de MWh, o que representa R\$ 3,3 bilhões em termos financeiros.

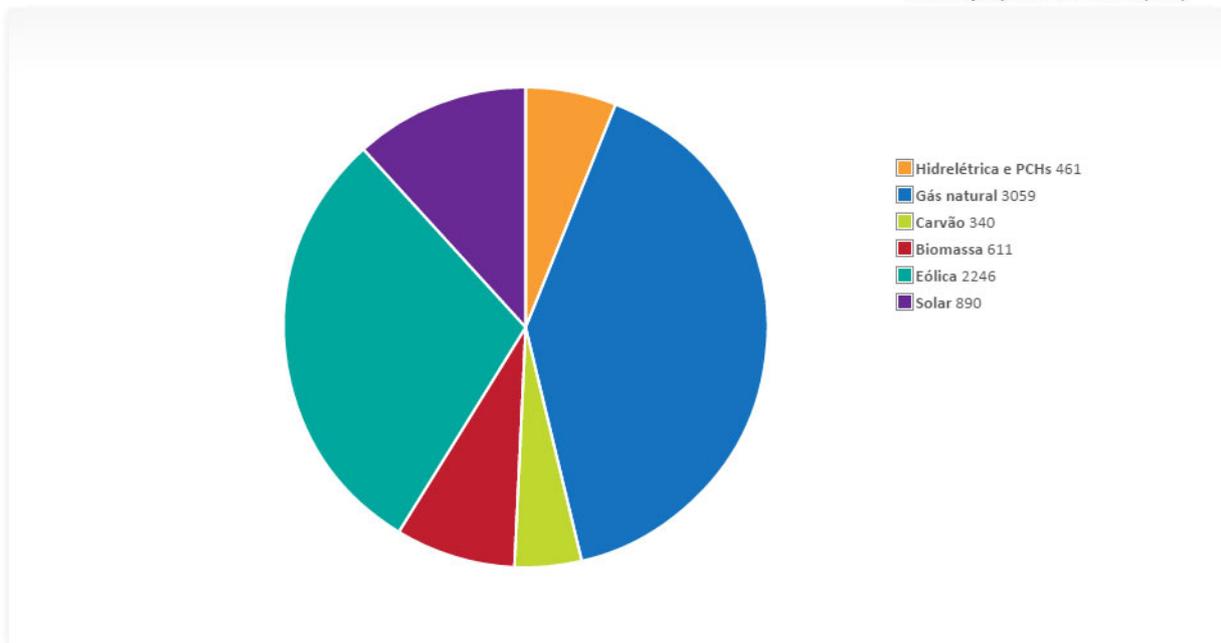
A INSTITUIÇÃO	TECNOLOGIA	OPERAÇÕES	SEGURANÇA	ATENDIMENTO	RELACIONAMENTO	FINANÇAS	
6º Leilão de Energia de Reserva - 31/10							
Eólica	Quantidade	01/10/2017 a 30/09/2037	769	333	58.416.624	8.631	147,75
Solar	Quantidade	01/10/2017 a 30/09/2037	890	202	35.432.172	7.912	223,29
Total 06º LER			1659	536	93.848.796	16.543	176,27
13º Leilão de Energia Existente (A-1) - 30/4							
Termelétricas	Disponibilidade	01/05/2014 a 31/12/2019			28.579.225	7.938	277,74
Todas	Quantidade	01/05/2014 a 31/12/2019			73.113.113	20.990	287,08
Total 13º LEE					101.692.338	28.927	284,46
14º Leilão de Energia Existente (A-1) - 5/12							
Gás Natural	Disponibilidade	01/01/2015 a 31/12/2017	364	294	7.102.080	1.408	198,28
Todas	Quantidade	01/01/2015 a 31/12/2017	0	0	9.259.008	1.922	207,58
Total 14º LEE			364	294	16.361.088	3.330	203,54
19º Leilão de Energia Nova (A-3) - 6/6							
Eólica	Disponibilidade	01/01/2017 a 31/12/2036	551	274	46.564.992	6.361	136,60
Hidrelétrica	Quantidade	01/01/2017 a 31/12/2036	418	206	34.080.653	4.334	127,18
Total 19º LEN			969	480	80.645.645	10.695	132,62
20º Leilão de Energia Nova (A-5) - 28/11							
Eólica	Disponibilidade	01/01/2019 a 31/12/2038	926	436	72.775.332	10.222	140,46
Biomassa	Disponibilidade	01/01/2019 a 31/12/2038	611	392	67.868.897	14.422	212,50
Carvão	Disponibilidade	01/01/2019 a 31/12/2038	340	324	64.537.908	13.462	208,59
Gás Natural	Disponibilidade	01/01/2019 a 31/12/2038	3059	1724	372.435.228	79.097	212,38
Hidrelétrica	Quantidade	01/01/2019 a 31/12/2038	44	26	6.232.910	1.042	167,19
Total 20º LEN			4980	2901	583.850.275	118.245	202,53
Total Geral			7971	4211	876.398.142	177.740	202,81

* Atualizado pelo IPCA de fev/15.

Contratação por fonte em 2014 (MW)

Contratação por fonte	
Hidrelétrica e PCHs	461
Gás natural	3059
Carvão	340
Biomassa	611
Eólica	2246
Solar	890

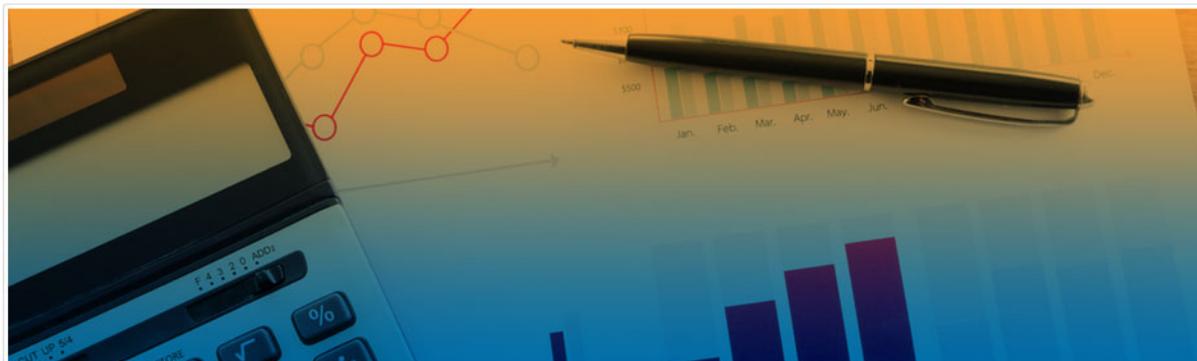
Contratação por fonte em 2014 (MW)



Participação intensa

Os leilões envolvem diversas instituições do setor elétrico – o Ministério de Minas e Energia, que agenda os certames e define as diretrizes; a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, que realiza a licitação, delegando a operacionalização desta à CCEE; a Empresa de Pesquisa Energética, que faz os estudos prévios e o cadastramento e habilitação técnica dos participantes; e a CCEE, que participa do processo desde a discussão da sistemática até o desenvolvimento dos sistemas, além de realizar de treinamentos e simulações com os agentes que participarão.

Receita de Venda



CCEE apura R\$ 26 bilhões em receita de venda de contratos de leilões

Todos os meses a CCEE promove a apuração da receita de venda dos contratos regulados de energia na modalidade por disponibilidade – uma operação que envolveu R\$ 26 bilhões em 2014. O processamento é necessário para esses contratos, resultantes de leilões de energia nova, pois estes preveem o pagamento pelas distribuidoras ao gerador de uma receita fixa e uma variável.

A receita fixa refere-se aos valores em base anual que foram apresentados pelos próprios geradores nos leilões, reajustados em base mensal para fins de faturamento dos geradores contra as distribuidoras. A parcela variável refere-se ao montante de energia elétrica que foi gerado acima da inflexibilidade da usina.

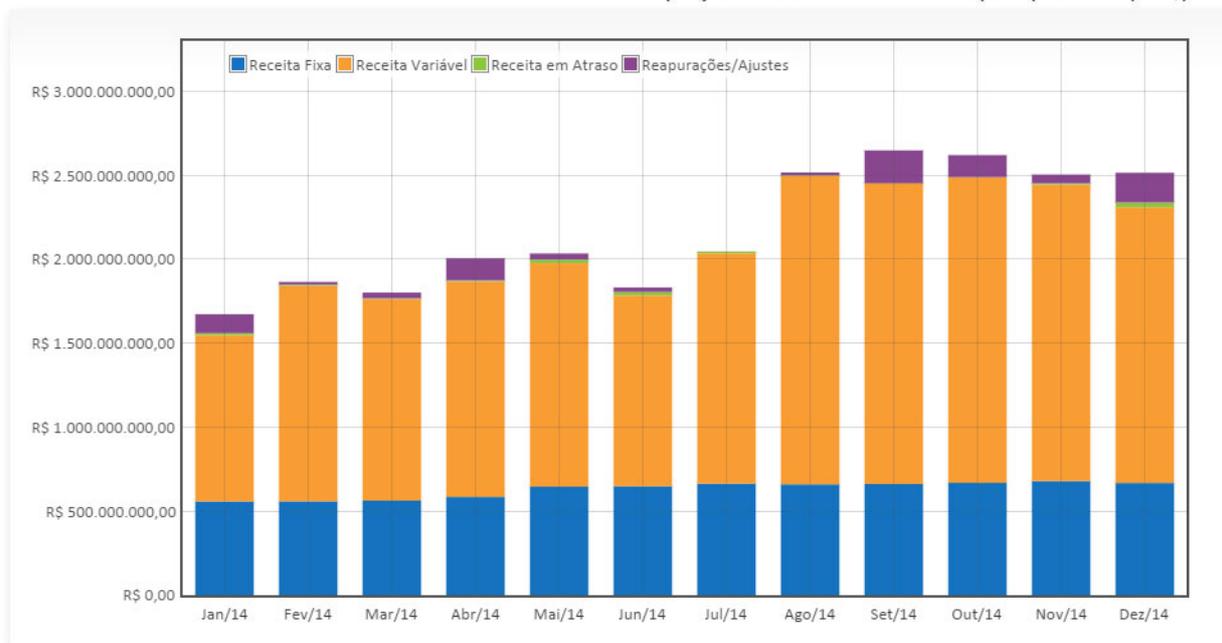
O processo é relevante para os agentes envolvidos e para o mercado, pois consolida os valores relacionados aos contratos por disponibilidade por meio de um sistema unificado e padronizado de cálculo, capaz de reunir informações complexas. Essa operacionalização gera ganhos de escala aos agentes, uma vez que cada empresa precisaria estruturar um sistema complexo para realizar essas apurações caso estas não fossem centralizadas na CCEE. Além disso, o mercado ganha em credibilidade e uniformidade, uma vez que as operações de reajuste de receita de venda promovidas pela CCEE são rigorosamente certificadas por auditoria independente.

Apuração da receita de venda de contratos por disponibilidade (em R\$)

	Receita Fixa	Receita Variável	Receita em Atraso	Reapurações/Ajustes	Receita de Venda Total
Jan/14	557.864.060	990.325.109	11.801.587	112.387.107	1.672.377.862
Fev/14	558.771.992	1.284.110.750	6.203.974	15.915.067	1.865.001.782
Mar/14	562.703.916	1.200.218.987	4.664.147	33.705.866	1.801.292.916
Abr/14	584.681.884	1.283.010.801	6.445.817	132.153.106	2.006.291.609
Mai/14	646.140.797	1.330.159.514	20.946.964	37.345.002	2.034.592.276
Jun/14	648.370.944	1.136.028.019	20.757.040	26.550.387	1.831.706.389
Jul/14	664.063.323	1.371.404.724	9.902.840	1.337.970	2.046.708.857
Ago/14	659.823.876	1.836.748.377	3.380.040	16.637.216	2.516.589.508
Set/14	661.669.937	1.792.895.172	-1.949.295	195.318.617	2.647.934.431
Out/14	668.861.339	1.817.824.249	1.956.622	131.220.644	2.619.862.854
Nov/14	679.816.159	1.764.768.496	7.025.201	52.700.882	2.504.310.738
Dez/14	668.037.458	1.641.702.419	28.144.533	177.090.202	2.514.974.612
Total	7.560.805.685	17.449.196.617	119.279.469	932.362.065	26.061.643.835

A INSTITUIÇÃO	TECNOLOGIA	OPERAÇÕES	SEGURANÇA	ATENDIMENTO	RELACIONAMENTO	FINANÇAS
---------------	------------	------------------	-----------	-------------	----------------	----------

Apuração da receita de venda de contratos por disponibilidade (em R\$)



Entenda a apuração de receita de venda

Receita Fixa - Representa o valor de remuneração da usina apresentado pelo vendedor no leilão. Expresso em reais, inclui, dentre outros, a critério do vendedor: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos decorrentes do consumo de combustível e da operação e manutenção da usina correspondentes a declaração de inflexibilidade; (iv) custos de seguros e garantias da usina e dos compromissos financeiros do vendedor; e (v) tributos e encargos diretos e indiretos necessários a execução do objeto do contrato.

Parcela Variável - É obtida pela geração acima da inflexibilidade realizada pela usina, sendo essa geração valorada ao Custo Variável Unitário - CVU. Estes custos não são gerenciáveis pela parte compradora, uma vez que a operação destas usinas é coordenada pelo ONS.

Receita Fixa em Atraso - É a remuneração do empreendimento com unidade geradora que apresenta atraso no cronograma de entrada em operação comercial, sendo aplicados os termos previstos na Resolução Normativa nº 595/2013.

Reapurações/Ajustes - Englobam os ajustes financeiros inseridos de modo a dar cumprimento a comandos regulatórios, decisões judiciais e operacionalização de recontabilizações com rebatimento na Receita de Venda e no Ressarcimento.

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD



Mensalmente, a CCEE faz a apuração de toda a energia elétrica consumida - tanto pelos agentes que a compram no Ambiente de Comercialização Livre - ACL, em acordos fechados bilateralmente, quanto pelos consumidores cativos, atendidos pelas distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, bem como de toda a energia elétrica gerada - tanto pelas usinas que vendem no ACL quanto ACR. Caso haja mais consumo ou geração que o previsto pelos contratos registrados, as diferenças precisam ser liquidadas no mercado de curto prazo (conhecido também como mercado spot). Essas diferenças são valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, referência para as transações no mercado de curto prazo.

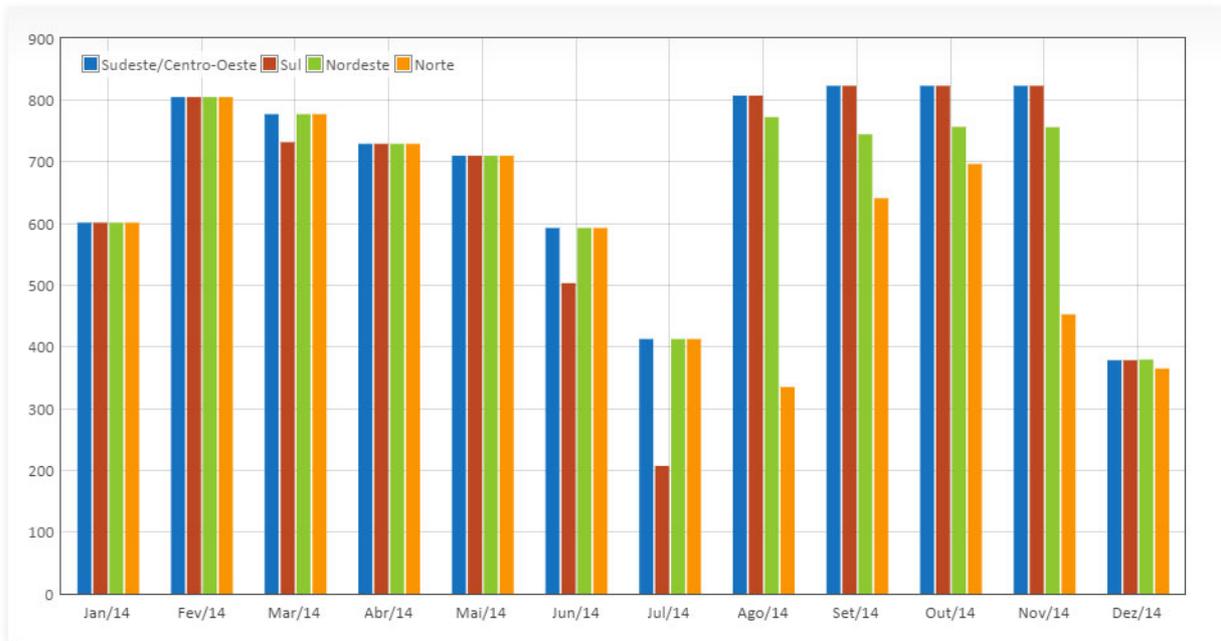
O cálculo do PLD é feito ex-ante, ou seja, com base em previsões da disponibilidade de geração e o provável consumo, bem como no nível dos reservatórios e nas afluências esperadas para o futuro. O processamento dessas variáveis em dois programas computacionais - Newave e Decom - resulta no PLD, determinado semanalmente para cada patamar de carga (pesado, médio e leve) e submercado (Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sul). O PLD é limitado a um preço mínimo e máximo definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel para cada ano.

Confira abaixo, em tabela e gráfico, a evolução do PLD médio durante 2014 em cada um dos submercados do Sistema Interligado Nacional - SIN.

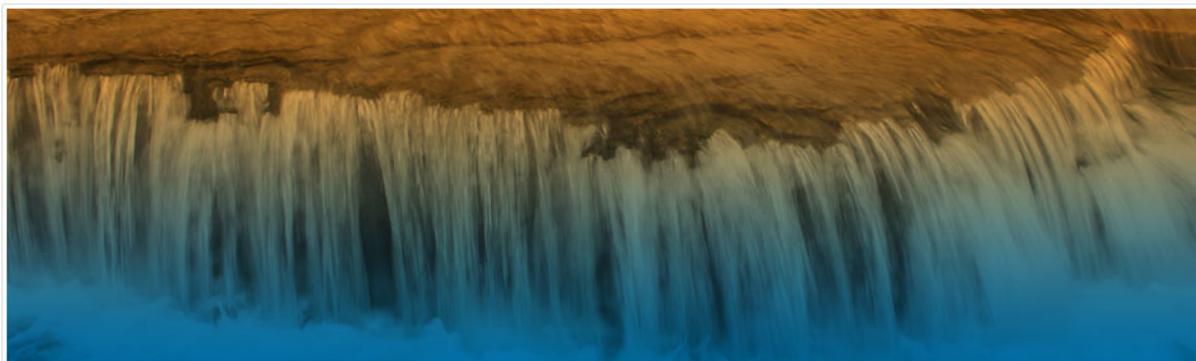
PLD Médio Mensal - 2014

Mês	Submercado (R\$/MWh)			
	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Jan/14	601,21	601,21	601,21	601,21
Fev/14	804,54	804,54	804,54	804,54
Mar/14	776,88	731,53	776,88	776,88
Abr/14	728,95	728,95	728,95	728,95
Mai/14	709,53	709,53	709,53	709,53
Jun/14	592,54	503,1	592,54	592,54
Jul/14	412,65	206,99	412,6	412,6
Ago/14	806,97	806,97	772,21	334,59
Set/14	822,83	822,83	744,28	640,73
Out/14	822,83	822,83	756,37	696,21
Nov/14	822,83	822,83	755,9	452,44
Dez/14	378,22	378,22	379,35	364,8

PLD Médio Mensal - 2014



PLD em 2014 – Hidrologia desfavorável eleva preços



Em decorrência da conjuntura hidrológica verificada ao longo de 2014, o submercado Sudeste/Centro-Oeste teve o PLD determinado em R\$ 822,83/MWh, valor máximo estipulado pela Aneel para o preço em 2014, em 23 das 52 semanas operativas do ano. Esse comportamento resultou em um PLD médio anual de R\$ 688,88/MWh, valor médio anual mais alto registrado desde 2002, o que representou uma elevação de 60% em relação a 2013, quando o preço médio havia sido de R\$ 263,07/MWh.

O ano de 2014 foi marcado por Energias Naturais Afluentes – ENAs abaixo da média histórica em todos os meses nos submercados Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste. Mesmo as afluências verificadas em janeiro e fevereiro, pleno período úmido do Sudeste, registraram apenas 54% e 39% da média histórica, patamar entre os piores dentre os 84 anos de séries hidrológicas utilizadas no cálculo do PLD. No Nordeste, além de ENAs abaixo da média ao longo de todo o ano, cinco meses registraram as piores afluências do histórico.

Em contrapartida, as afluências verificadas no Sul foram positivas e ficaram acima da média histórica na maioria dos meses de 2014, chegando a atingir 370% da média em junho. Esta conjuntura hidrológica favorável permitiu que todos os excedentes energéticos do Sul fossem enviados ao Sudeste, o que contribuiu para o atendimento energético da região. No Norte, as ENAs do primeiro semestre ficaram em torno da média, com redução a partir de junho.

Comparadas as ENAs médias anuais dos anos de 2013 e 2014, verifica-se uma redução de cerca de 9.000 MWmédios no Sistema Interligado Nacional - SIN, sendo que no Sudeste se observou redução de aproximadamente 11.000 MWmédios e no Nordeste 800 MWmédios. Já na comparação dos registros de 2014 com a Média de Longo Termo – MLT, verifica-se redução de quase 11.000 MWmédios em disponibilidade de energia elétrica no Sudeste e 5.000 MWmédios no Nordeste.

Consumo de energia ajuda a manter PLD em alta



Além da ENA, outra variável que impacta o PLD é o consumo de energia. A verificação de altas temperaturas no início de 2014 ocasionou uma elevação de aproximadamente 9% no consumo de janeiro, quando comparado com o mesmo mês de 2013. Em fevereiro, a elevação ficou em 7%. A partir de março, o ritmo de crescimento do consumo passou a cair, sendo que a partir de julho houve uma estabilização, praticamente no mesmo patamar verificado no ano anterior.

O consumo médio verificado durante o primeiro semestre de 2014 foi cerca de 2.350 MWmédios superior à média verificada em 2013, sendo que a diferença verificada em janeiro foi de aproximadamente 5.200 MWmédios. Já no segundo semestre a elevação média foi de apenas 450 MWmédios, sendo que em agosto houve redução de cerca de 600 MWmédios frente aos registros de agosto de 2013.

A consequência da redução das afluências e da elevação do consumo nos primeiros meses do ano foi a redução dos níveis de armazenamento de todos os reservatórios do sistema. No Sudeste, os reservatórios das hidrelétricas terminaram 2014 cerca de 24% mais baixos do que em 2013 – com um armazenamento médio de 19%, contra 43% no ano anterior. No Nordeste, a redução foi de cerca de 16 pontos percentuais, sendo que os reservatórios terminaram 2014 com aproximadamente 18%, contra os 34% registrados no final de 2013. Para o Norte, o nível de aproximadamente 33% registrado ao final de 2014 ficou cerca de 13% abaixo dos 46% registrados ao final de 2013. Mesmo no Sul, em que foram verificadas altas afluências, as hidrelétricas chegaram ao final de 2014 em nível 0,5 ponto percentual abaixo de 2013 – redução que ocorreu principalmente pelo constante envio de energia elétrica para o Sudeste.

Reflexos do despacho termelétrico



Com o objetivo de recuperar os níveis dos reservatórios das hidrelétricas, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS despachou todas as usinas termelétricas do sistema - ou por ordem de mérito, ou para garantir a segurança do suprimento, caso em que os custos são ressarcidos por meios dos Encargos de Serviço do Sistema - ESS. Em 2014, o custo destes encargos foi de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões, sendo que R\$ 1,23 bilhão foi motivado por “segurança energética”, enquanto o restante ressarciu as usinas que geraram por critério de “restrição elétrica”.

Também buscando a preservação dos reservatórios e de modo complementar ao aumento da geração térmica, o despacho das usinas hidrelétricas foi reduzido, o que fez com que a geração hidráulica no Sudeste ficasse cerca de 10% menor que a verificada no ano anterior. Esta redução teve impacto no fator de ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, uma vez que este mecanismo considera a relação entre a geração hidráulica comprometida com o MRE e garantia física sazonalizada das hidrelétricas. O fator de ajuste médio do MRE para 2014 foi de 90,7%, sendo que este assumiu valores menores que 100% ao longo de todo o ano.

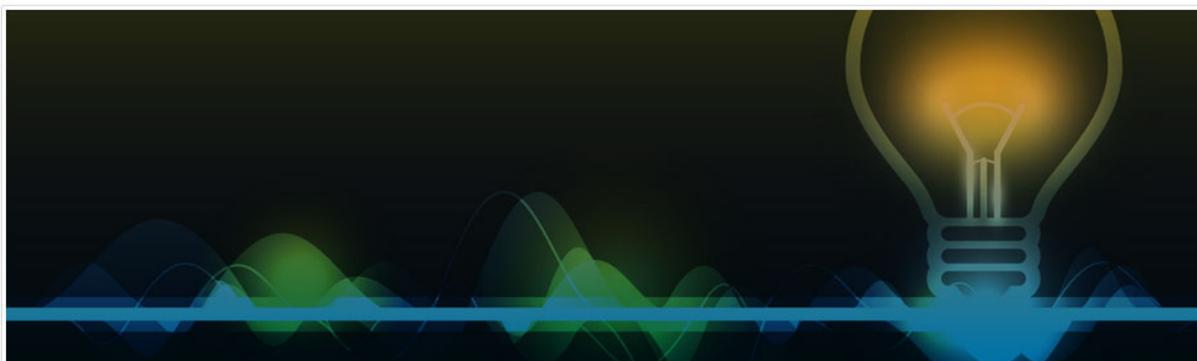
Novos limites para o PLD

Em 25 de novembro de 2014, por meio da Resolução Homologatória nº 1.832, a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel homologou os limites para os o PLD em 2015: um piso de R\$ 30,26/MWh e um teto de R\$ 388,48/MWh, contra os R\$ 15,62/MWh e R\$ 822,83/MWh homologados para 2014.

Para o cálculo do preço mínimo, foi considerado como base a Receita Anual de Geração - RAG das usinas hidrelétricas que operam em regime de cotas, conforme a Lei nº 12.783/2013, adicionado da Compensação Financeira por Uso dos Recursos Hídricos – CFURH.

Para o cálculo do preço máximo, foi mantido o critério até então utilizado, que era o custo de despacho de uma termelétrica considerada relevante para o sistema. A Aneel, porém, alterou os critérios de definição dessa térmica - que passou a ser a UTE Mário Lago, instalada em Macaé, no Rio de Janeiro, com CVU de R\$ 388,48/MWh.

Conta-ACR



Captação junto a instituições financeiras garante liquidações do mercado de curto prazo

Em abril de 2014, a CCEE recebeu a atribuição de criar e administrar a Conta Ambiente de Contratação Regulada, ou Conta-ACR. A nova responsabilidade foi fruto do decreto presidencial nº 8.221/14, que definiu que a instituição deveria captar recursos junto a instituições financeiras para a cobertura de custos extras enfrentados pelas concessionárias de distribuição com a exposição involuntária ao mercado de curto prazo e o despacho de termelétricas vinculadas a contratos por disponibilidade no período de fevereiro a dezembro de 2014.

A operação foi desenhada de modo a não causar impacto sobre o orçamento e os agentes da CCEE; para isso, os recebíveis atrelados aos futuros aumentos tarifários – cotas anuais da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, paga por todas distribuidoras - servem como garantia junto aos bancos. A proposta foi levada a uma Assembleia Geral, na qual a CCEE obteve aprovação dos associados para viabilizar a captação.

O primeiro financiamento, no valor de R\$ 11,2 bilhões, teve o contrato assinado em 25 de abril junto a dez instituições financeiras. O montante foi desembolsado em três tranches e garantiu a total adimplência das distribuidoras nas liquidações financeiras do mercado de curto prazo, evitando que eventuais não pagamentos criassem o risco de problemas generalizados no mercado.

Com o final dos recursos, foi viabilizada uma segunda operação, com treze bancos, no valor de R\$ 6,57 bilhões. Novamente, houve aprovação em Assembleia e o contrato foi assinado em 15 de agosto, sendo o valor repassado em quatro tranches. A última, referente à liquidação financeira de outubro, foi realizada em dezembro de 2014.

Os montantes financiados por meio da Conta-ACR contam como carência até outubro de 2015 e quitação em outubro de 2017, sendo o início dos pagamentos pelas distribuidoras em fevereiro de 2015; no período entre o começo da arrecadação e o fim da carência, os recursos formarão um fundo para garantir o pagamento das parcelas do empréstimo mesmo em situação de eventual inadimplência.

Os custos da CCEE com a estruturação e operacionalização dos financiamentos, bem como eventuais tributos, foram totalmente pagos por recursos da própria Conta-ACR, sem impacto sobre as contas da instituição.

Todos os repasses da Conta-ACR seguiram resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica, que determinava valores e agentes com direito a recebimento; além de terem passado por análise da KPMG Auditores Independentes.

Conta-ACR: financiamentos em 2014

	1ª operação*	2ª operação*
Bancos	Bradesco, Banco do Brasil, Santander, Itaú Unibanco, Caixa Econômica Federal, Citibank, J.P. Morgan, Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo, BTG Pactual e Banco de Investimentos Credit Suisse Brasil	Bradesco, Banco do Brasil, Santander, Itaú Unibanco, Caixa Econômica Federal, Citibank, Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), Barinsul, BTG Pactual, JP Morgan, Banco de Investimentos Credit Suisse Brasil e Banco de Brasília - BRB.
Valor (R\$)	11.200.000.000	6.578.887.695
Custo da operação	CDI + 1,9% ao ano	CDI + 2,35% ao ano
Carência	Até outubro de 2015	Até outubro de 2015
Pagamento	Até outubro de 2017	Até outubro de 2017
Aprovação pelos agentes	56ª Assembleia Geral Extraordinária	58ª Assembleia Geral Extraordinária

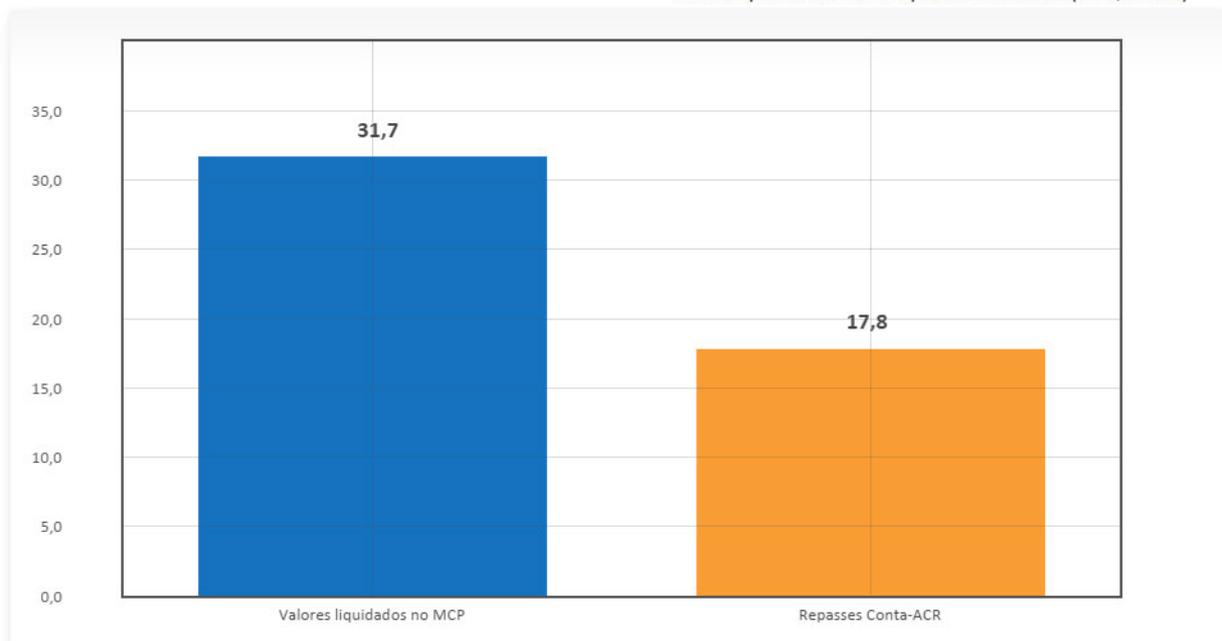
*Posteriormente, houve mudanças na composição do grupo de bancos responsável pelos financiamentos e nas condições de pagamento. Para acessar as informações mais recentes, visite a página da CCEE, onde a seção "Conta-ACR" apresenta detalhes das operações.

A INSTITUIÇÃO	TECNOLOGIA	OPERAÇÕES	SEGURANÇA	ATENDIMENTO	RELACIONAMENTO	FINANÇAS	
---------------	------------	------------------	-----------	-------------	----------------	----------	--

Conta-ACR: desembolsos em 2014 (em R\$)

Operação 1 - Tranche 1	4.860.000.000
Operação 1 - Tranche 2	4.062.000.000
Operação 1 - Tranche 3	2.278.000.000
Operação 2 - Tranche 1	2.242.926.495
Operação 2 - Tranche 2	1.445.813.893
Operação 2 - Tranche 3	1.705.950.898
Operação 2 - Tranche 4	1.184.196.408
Total	17.778.887.694

Valores liquidados no MCP x Repasses da Conta-ACR (em R\$ bilhões)



Contabilização



Como responsável pela gestão da comercialização de energia elétrica, a CCEE promove a contabilização de todas as operações que acontecem no âmbito desse mercado.

A atribuição envolve a contabilização e liquidação financeira de operações multilaterais, como as transações do mercado de curto prazo, de cotas de garantia física, cotas de energia nuclear, energia de reserva e do mecanismo de compensação de sobras e déficits; a apuração dos valores de consumo, geração, encargos e exposições financeiras; e o processamento das posições dos agentes no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, entre outras atividades.

Nesta seção, entenda melhor esses processos e confira os resultados de cada um deles ao longo de 2014.

Índice

- [Contabilização - Índice](#)
- [Geração e consumo de energia elétrica](#)
- [Geração e consumo por submercado](#)
- [Contratos registrados na CCEE](#)
- [Garantia física](#)
- [Mecanismo de Realocação de Energia – MRE](#)
- [Encargos de Serviços de Sistema – ESS](#)
- [Exposição associada à contratação regulada](#)
- [Energia incentivada](#)
- [Proinfa](#)
- [Mercado de curto prazo – MCP](#)
- [Liquidação financeira de Angra e cotas](#)
- [Energia de Reserva](#)
- [MCS D](#)

Geração e consumo de energia elétrica



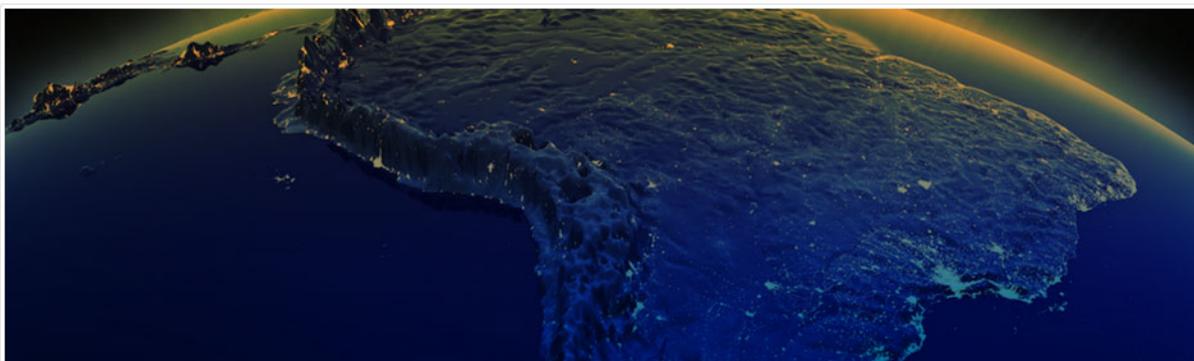
Toda energia elétrica produzida pelas unidades geradoras cadastradas junto à CCEE, contabilizada pelos respectivos dados de medição, forma a geração bruta; as perdas elétricas globais do sistema, que são rateadas entre os agentes, se dão pela diferença entre a geração bruta e a geração no ponto de entrega quando descontado o consumo interno da própria usina; ao ponto virtual em que as perdas entre produtores e consumidores se encontram dá-se o nome de centro de gravidade (CG), e é nele que, em cada submercado, são consideradas todas as compras e vendas de energia.

Em 2014, a geração bruta do país somou 62.614 MW médios, enquanto o consumo bruto foi de 60.600 MW médios. Ambos tiveram pico em fevereiro, com 67.838 MW médios e 65.172 MW médios, respectivamente, devido às altas temperaturas registradas no mês, em que a intensa utilização de equipamentos de ar-condicionado elevou a demanda por energia; já o período de menor geração e consumo se deu em junho, com 59.552 MW médios e 57.479 MW médios, respectivamente.

Geração e consumo de energia elétrica

Mês	Geração bruta (MW médios)	Consumo bruto (MW médios)	Perdas (MW médios)	Geração e consumo no CG (MW médios)	Fator de perdas de geração (%)	Fator de perdas de consumo (%)
Jan/14	65.920	63.430	2.490	64.675	2,24	2,33
Fev/14	67.838	65.172	2.666	66.505	2,31	2,40
Mar/14	64.360	61.945	2.414	63.152	2,25	2,32
Abr/14	62.809	60.475	2.334	61.642	2,28	2,35
Mai/14	61.052	58.706	2.347	59.879	2,40	2,47
Jun/14	59.553	57.480	2.073	58.516	2,20	2,24
Jul/14	59.706	57.723	1.983	58.714	2,09	2,13
Ago/14	60.351	58.519	1.832	59.435	1,91	1,94
Set/14	62.478	60.502	1.975	61.490	1,95	1,99
Out/14	64.074	62.018	2.056	63.046	1,99	2,03
Nov/14	63.439	61.385	2.054	62.412	2,01	2,05
Dez/14	62.597	60.521	2.075	61.559	2,06	2,09

Geração e consumo por submercado



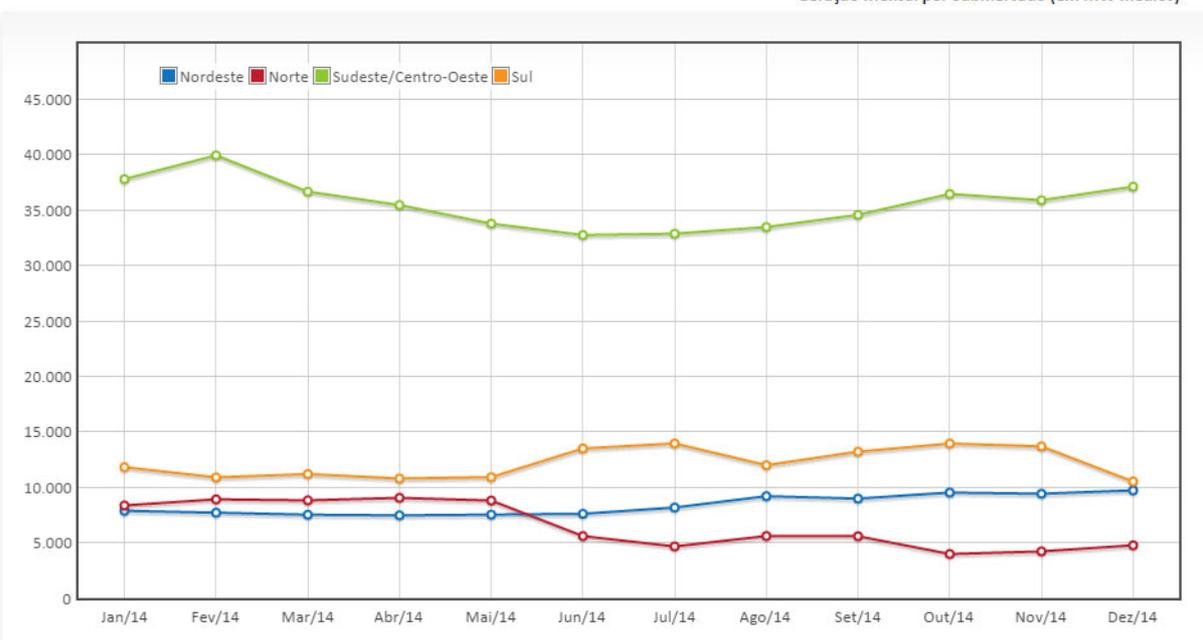
Dentre os quatro submercados que compõem o Sistema Interligado Nacional – SIN, o Sudeste/Centro-Oeste é aquele com maior consumo e geração de energia elétrica, seguido pelo Sul. Em consumo, o Nordeste aparece em terceiro e o Norte em quarto, enquanto em termos de produção de energia essa posição se inverte, devido principalmente ao crescimento das usinas eólicas no Nordeste.

Geração Mensal por Submercado (em MW médios)

	Nordeste	Norte	Sudeste/Centro-Oeste	Sul
Jan/14	7.866	8.345	37.789	11.803
Fev/14	7.696	8.900	39.932	10.883
Mar/14	7.514	8.808	36.656	11.183
Abr/14	7.456	9.035	35.448	10.778
Mai/14	7.520	8.790	33.769	10.902
Jun/14	7.593	5.581	32.747	13.489
Jul/14	8.160	4.650	32.864	13.941
Ago/14	9.186	5.589	33.462	11.981
Set/14	8.966	5.573	34.566	13.201
Out/14	9.511	3.967	36.450	13.931
Nov/14	9.405	4.204	35.884	13.676
Dez/14	9.711	4.753	37.110	10.509
Total	8.388	6.502	35.531	12.194

* Considerado geração no ponto de conexão, isto é, sem perdas da rede básica - em MW médios.

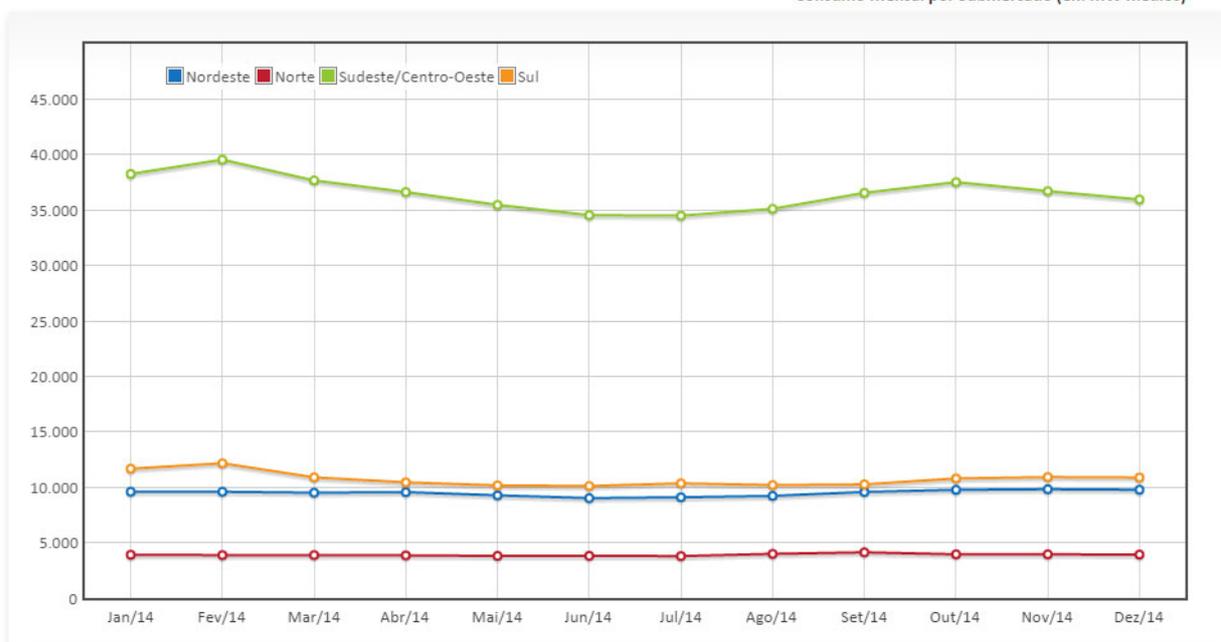
Geração Mensal por Submercado (em MW médios)



Consumo Mensal por Submercado (em MW médios)

	Nordeste	Norte	Sudeste/Centro-Oeste	Sul
Jan/14	9.587	3.897	38.254	11.663
Fev/14	9.585	3.867	39.543	12.154
Mar/14	9.499	3.869	37.669	10.881
Abr/14	9.550	3.844	36.618	10.432
Mai/14	9.259	3.796	35.459	10.155
Jun/14	9.012	3.805	34.537	10.099
Jul/14	9.086	3.781	34.488	10.341
Ago/14	9.209	3.979	35.103	10.186
Set/14	9.565	4.118	36.548	10.246
Out/14	9.759	3.939	37.515	10.785
Nov/14	9.813	3.940	36.706	10.908
Dez/14	9.768	3.916	35.947	10.867
Total	9.473	3.896	36.512	10.718

Consumo Mensal por Submercado (em MW médios)



Contratos registrados na CCEE



Sem papel: os contratos são cadastrados pelos agentes diretamente no CliqCCEE

A CCEE registrava, ao final de 2014, 20,4 mil contratos de comercialização de energia elétrica registrados no sistema de contabilização e liquidação, o CliqCCEE. Tais contratos representam 80.620 MW médios em energia elétrica.

Estão registrados na CCEE todos os contratos, desde os regulados, decorrentes de leilões, até os do mercado livre de energia, que resultam de negociações bilaterais entre os agentes. Estão cadastrados, também, contratos referentes à energia da hidrelétrica binacional de Itaipu e associados ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa.

Confira, abaixo, informações sobre os contratos registrados na CCEE por montante de energia e número.

Contratos registrados na CCEE – montante (em MW médios) por tipo

Tipo de Contrato	Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Mai/14	Jun/14	Jul/14	Ago/14	Set/14	Out/14	Nov/14	Dez/14
Contratos livres – Outros compradores	40.527	40.704	40.386	37.654	37.975	38.396	38.191	40.094	41.325	42.108	41.835	40.620
Contratos livres com distribuidoras	6.543	6.596	6.499	6.429	6.420	6.435	6.833	6.883	6.925	6.877	6.831	6.756
Contratos livres – Importadores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contratos regulados por quantidade (CCEAR-Q)	10.599	2.154	1.836	2.027	1.863	1.963	1.770	1.877	1.940	1.892	2.052	1.901
Contratos de cotas de energia nuclear (CCEN)	1.576	11.311	9.210	10.378	9.543	10.103	9.363	9.621	10.134	9.696	10.360	9.627
Contratos de cotas de garantia física (CCGF)	7.912	7.234	5.967	6.715	6.222	6.634	6.228	6.833	7.113	6.711	7.097	6.610
Contratos regulados por disponibilidade (CCEAR-D)	7.236	7.236	7.236	7.236	7.236	7.236	7.236	7.236	7.236	7.236	7.236	7.236
Itaipu	6.989	2.353	1.891	2.253	2.333	2.452	2.282	1.883	2.526	2.729	2.954	2.819
Leilão de Ajuste	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Proinfa	1.114	5.174	4.469	4.883	4.509	5.048	4.888	5.301	5.334	5.222	5.484	5.050
Total	82.496	82.763	77.494	77.576	76.101	78.268	76.791	79.730	82.533	82.471	83.848	80.620

A INSTITUIÇÃO	TECNOLOGIA	OPERAÇÕES	SEGURANÇA	ATENDIMENTO	RELACIONAMENTO	FINANÇAS							
Número e tipo de contratos por classe de agente													
Tipo de Contrato	Classe - Comprador	Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Mai/14	Jun/14	Jul/14	Ago/14	Set/14	Out/14	Nov/14	Dez/14
Contratos livres	Autoprodutor	82	80	87	87	84	87	89	86	87	83	88	88
	Comercializador	1.546	1.545	1.586	1.378	1.424	1.525	1.809	1.881	1.968	2.075	1.955	2.038
	Consumidor Especial	1.806	1.865	1.790	1.753	1.793	1.776	1.878	1.859	1.884	1.933	1.873	1.806
	Consumidor Livre	1.223	1.229	1.224	1.196	1.198	1.202	1.239	1.239	1.242	1.274	1.280	1.249
	Distribuidor	112	110	111	114	119	119	118	118	120	121	120	118
	Gerador	79	73	81	91	90	92	80	82	101	93	92	82
	Produtor Independente	615	587	610	626	707	718	813	809	827	813	775	715
Contratos regulados por disponibilidade (CCEAR-D)	Distribuidor	3.209	3.265	3.508	3.490	3.732	3.778	3.801	3.801	3.855	3.993	3.924	3.924
Contratos regulados por quantidade (CCEAR-Q)	Distribuidor	4.094	4.094	4.094	4.094	5.174	5.174	5.174	5.174	5.174	5.197	5.197	5.197
Contratos de cotas de energia nuclear (CCEN)	Distribuidor	45	45	45	45	45	45	45	45	45	45	45	45
Contratos de cotas de garantia física (CCGF)	Distribuidor	1.485	1.485	1.485	1.529	1.529	1.529	1.534	1.534	1.534	1.578	1.534	1.534
Itaipu	Distribuidor	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
Proinfra	Autoprodutor	120	119	119	118	118	117	117	116	116	117	120	120
	Consumidor Especial	2.398	2.413	2.412	2.425	2.438	2.461	2.468	2.468	2.467	2.476	2.479	2.478
	Consumidor Livre	994	997	1.000	1.001	999	998	998	998	999	998	998	998
	Distribuidor	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98
	Gerador	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Total Geral		17.940	18.039	18.284	18.079	19.582	19.753	20.295	20.342	20.551	20.928	20.612	20.524

Garantia física



Hidrelétricas, como Itaipu (na foto), concentram a maior parte da garantia física

A garantia física representa o quanto de energia elétrica cada usina pode comercializar no mercado. O ano de 2014 teve início com 62,8 mil MW médios em garantia física associada às unidades geradoras em operação no sistema e encerrou com 67.036 MW médios - um crescimento de 6,6%.

As hidrelétricas são as usinas com a maior parte da garantia física do sistema, seguidas pelas termelétricas a gás e bicompostíveis (óleo/gás) e pelas pequenas centrais hidrelétricas – PCHs.

Garantia física por fonte (em MW médios)

	Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Mai/14	Jun/14	Jul/14	Ago/14	Set/14	Out/14	Nov/14	Dez/14
Hidráulica	43.525	43.623	43.801	43.907	44.166	44.423	44.677	44.930	45.115	45.345	45.660	46.039
Hidráulica – PCH	2.853	2.867	2.881	2.887	2.882	2.883	2.893	2.906	2.913	2.911	2.912	2.918
Térmica a óleo e bicompostível (gás/óleo)	3.027	3.075	3.108	3.131	3.142	3.154	3.170	3.185	3.199	3.212	3.216	3.204
Térmica a gás natural	6.323	6.385	6.385	6.393	6.364	6.359	6.367	6.405	6.446	6.485	6.519	6.252
Térmica a carvão mineral	1.922	1.983	2.044	2.096	2.133	2.159	2.155	2.155	2.154	2.142	2.118	2.096
Térmica a biomassa	2.407	2.445	2.494	2.542	2.588	2.648	2.682	2.724	2.760	2.803	2.832	2.865
Térmica nuclear	1.472	1.482	1.493	1.503	1.514	1.524	1.535	1.546	1.557	1.568	1.578	1.589
Térmica – outros combustíveis	474	473	473	474	473	471	470	468	466	465	462	462
Eólica	840	850	861	904	941	995	1.066	1.131	1.172	1.223	1.271	1.343
Garantia física total	62.844	63.182	63.540	63.837	64.202	64.616	65.016	65.450	65.782	66.154	66.568	67.036

**Considerado garantia física total apurada (já batido perdas) - média móvel*

Mecanismo de Realocação de Energia – MRE



A produção de energia por uma usina está diretamente relacionada ao despacho centralizado realizado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS, que considera as disponibilidades de cada uma das usinas em condições de operação no Sistema Interligado Nacional - SIN. Estas são despachadas com o objetivo de minimizar os custos operacionais e obter o menor custo marginal possível, tendo-se em vista as afluências hidrológicas, o armazenamento de água dos reservatórios, os custos de despacho das usinas térmicas e as restrições operacionais. Dessa forma, os agentes proprietários de usinas sujeitas ao despacho centralizado pelo ONS não têm controle sobre seu nível de geração, independentemente de seus compromissos de venda de energia, realizados com base nas garantias físicas.

Dadas as grandes dimensões territoriais do Brasil, existem também diferenças hidrológicas significativas entre as regiões, ou seja, os períodos secos e úmidos não são coincidentes e, portanto, demandam um fluxo permanente de energia elétrica entre os diferentes submercados do SIN. Uma região em período seco deve armazenar água e, dessa forma, produz energia em níveis abaixo da média, enquanto uma região úmida produz acima da média.

O Mecanismo de Realocação de Energia - MRE foi concebido para compartilhar entre seus integrantes os riscos financeiros associados à comercialização de energia pelas usinas hidráulicas despachadas de modo centralizado e otimizado pelo ONS.

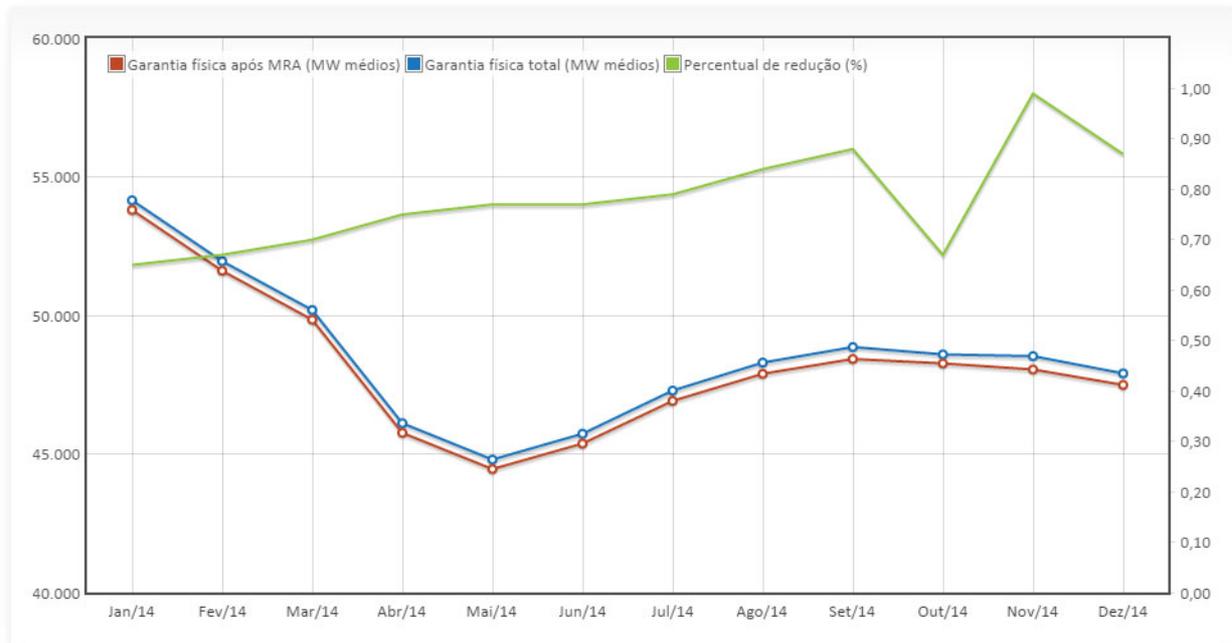
Outro fator que explica a instituição do MRE é a existência de várias usinas em cascata. Nessas usinas, a operação ótima individual não necessariamente corresponde à ótima operação global do sistema. Como o despacho é centralizado, ou seja, como a água é compartilhada por todos e o seu uso não é gerido pelo proprietário da usina, o MRE minimiza e compartilha entre os agentes integrantes o risco de venda de energia em longo prazo.

O MRE assegura que, no processo da contabilização na CCEE, todas as usinas participantes recebam seus níveis de garantia física independentemente da produção real de energia, desde que a geração total do MRE não esteja abaixo do total da garantia física do SIN. Em outras palavras, o MRE realoca a energia entre os integrantes do “mecanismo”, transferindo o excedente daqueles que geraram além de suas garantias físicas para aqueles que geraram abaixo.

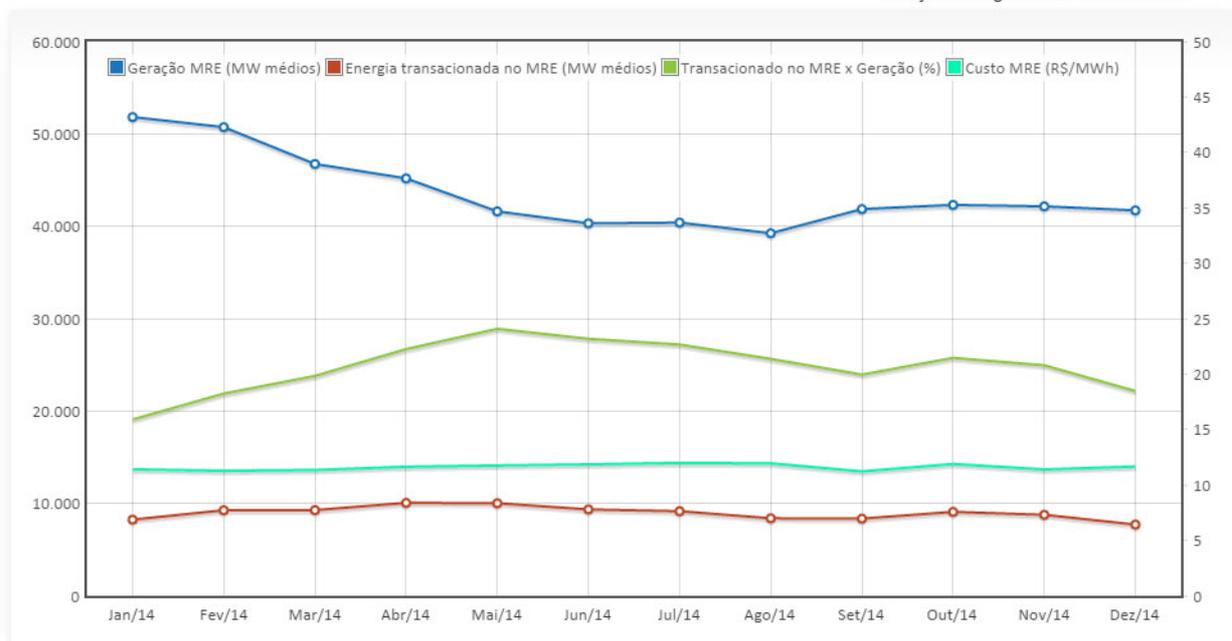
Quando a geração das usinas do MRE é menor que a garantia física total destas – o que aconteceu em 2014 – entra em cena o mecanismo de redução de garantia física, que compartilha o déficit de geração em relação à GF entre os agentes do MRE.

A energia transacionada no MRE é valorada pelo Custo MRE, ou Tarifa de Energia de Otimização, definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

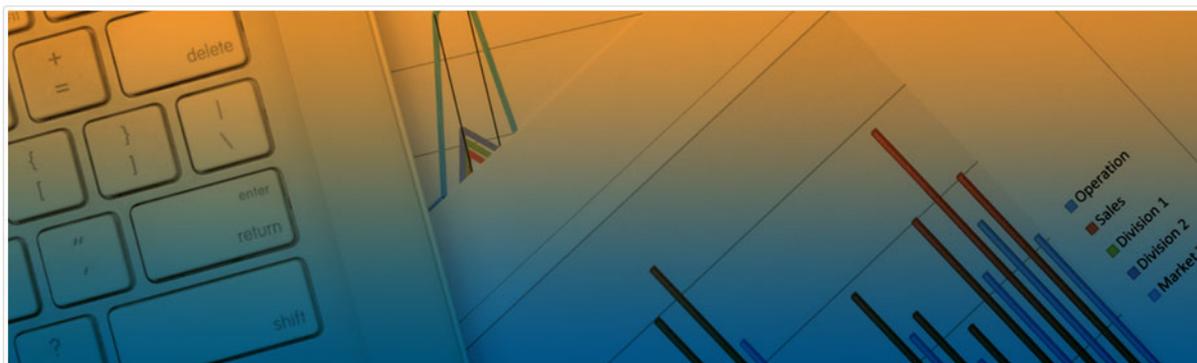
			MRE
	Garantia física total (MW médios)	Após mecanismo de redução da garantia física (MW médios)	Ajuste médio do MRE
Jan	54.150	53.801	-3,82%
Fev	51.953	51.607	-1,73%
Mar	50.191	49.840	-6,62%
Abr	46.105	45.758	-1,27%
Mai	44.794	44.451	-6,83%
Jun	45.725	45.371	-12,54%
Jul	47.284	46.910	-16,13%
Ago	48.293	47.889	-22,04%
Set	48.854	48.423	-15,68%
Out	48.590	48.263	-14,06%
Nov	48.527	48.045	-13,98%
Dez	47.904	47.487	-13,83%

MRE

Geração x Energia transacionada no MRE

	Geração (MW médios)	Energia transacionada no MRE (MW médios)	Energia transacionada no MRE x Geração (%)	Custo MRE (R\$/MWh)
Jan	51.821	8.241	15,90	11,41
Fev	50.727	9.255	18,24	11,28
Mar	46.744	9.271	19,83	11,35
Abr	45.182	10.054	22,25	11,64
Mai	41.609	10.018	24,08	11,76
Jun	40.317	9.346	23,18	11,86
Jul	40.397	9.153	22,66	11,99
Ago	39.241	8.385	21,37	11,95
Set	41.860	8.350	19,95	11,22
Out	42.313	9.079	21,46	11,89
Nov	42.153	8.765	20,79	11,40
Dez	41.718	7.706	18,47	11,66

Geração x Energia transacionada no MRE


Encargos de Serviços de Sistema – ESS



Os Encargos de Serviços de Sistemas - ESS visam remunerar custos incorridos na manutenção da confiabilidade do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Na contabilização das operações, realizada mensalmente pela CCEE, o Operador Nacional do Sistema - ONS envia para a instituição informações sobre o tipo de despacho centralizado de termelétricas a ser ressarcido por meio desses encargos: por razão de restrições de operação, prestação de serviços auxiliares ou por motivos de segurança energética.

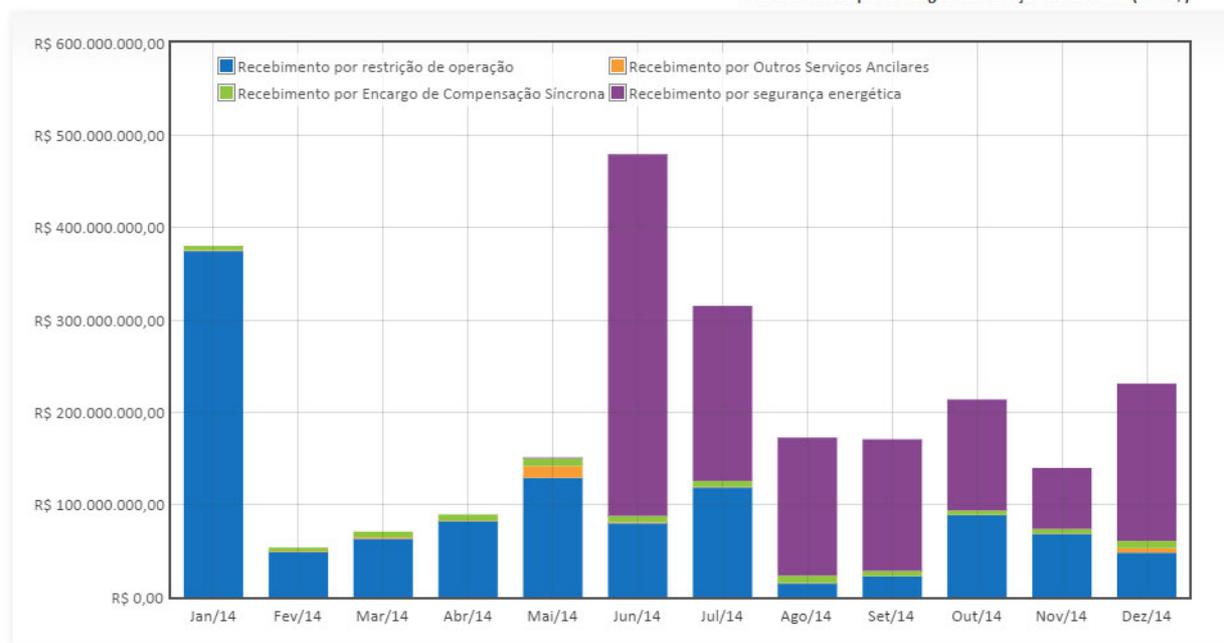
Os custos do ESS são pagos por todos agentes consumidores e por aqueles expostos no mercado de curto prazo, de acordo com as regras de comercialização.

Veja abaixo os recebimentos de ESS por agentes que contribuíram para o sistema, seja por prestação de serviços auxiliares, seja com geração de energia por segurança energética, durante o ano de 2014:

Recebimentos por Encargos de Serviços de Sistema (em R\$)

	Recebimento por restrição de operação	Recebimento por Outros Serviços Auxiliares	Recebimento por Encargo de Compensação Síncrona	Recebimento por segurança energética	Total
Jan/14	374.442.850	943.694	4.733.100	0	380.119.643
Fev/14	48.811.262	943.694	3.802.991	0	53.557.947
Mar/14	63.019.492	1.669.464	6.086.048	0	70.775.004
Abr/14	82.052.493	749.575	6.550.878	0	89.352.946
Mai/14	129.073.196	12.686.556	8.381.747	950.407	151.091.906
Jun/14	79.792.652	1.199.782	6.803.079	391.511.351	479.306.864
Jul/14	118.547.991	656.088	6.420.616	189.552.743	315.177.439
Ago/14	14.744.529	656.088	7.859.004	149.310.215	172.569.835
Set/14	22.419.561	200.000	5.661.307	142.391.527	170.672.395
Out/14	88.578.444	200.000	4.831.708	120.157.908	213.768.060
Nov/14	68.344.039	433.333	4.950.370	65.920.243	139.647.984
Dez/14	48.021.753	4.827.439	7.945.288	170.248.952	231.043.433

A INSTITUIÇÃO	TECNOLOGIA	OPERAÇÕES	SEGURANÇA	ATENDIMENTO	RELACIONAMENTO	FINANÇAS
---------------	------------	------------------	-----------	-------------	----------------	----------

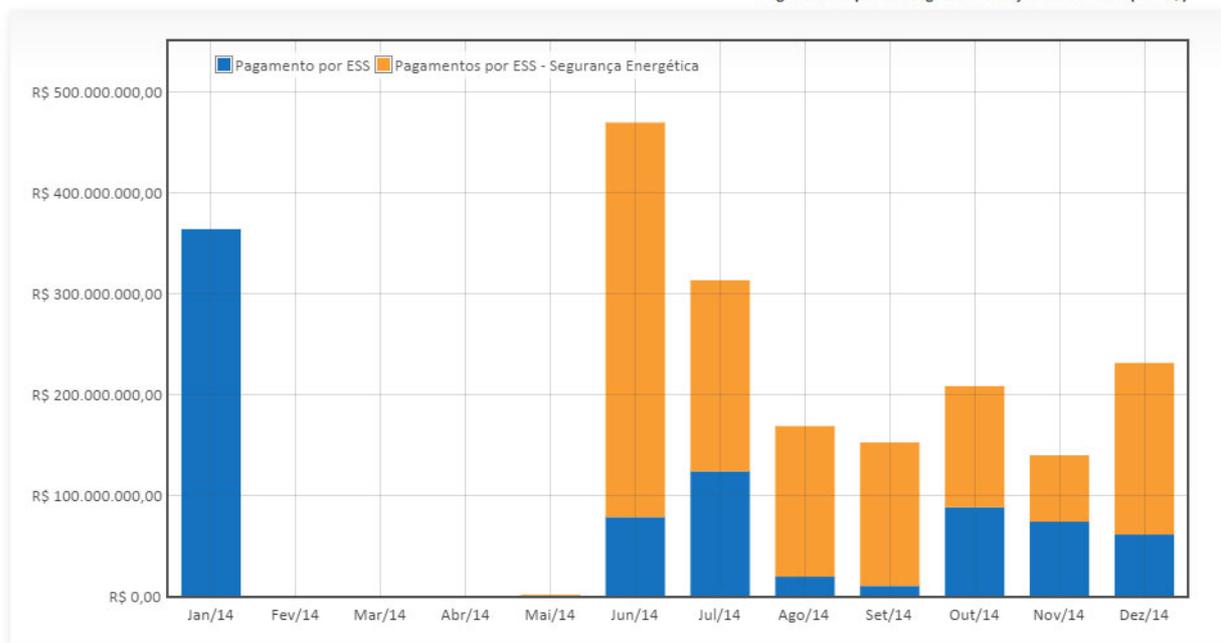
Recebimentos por Encargos de Serviços de Sistema (em R\$)


O total de encargos gerados é submetido, antes do rateio entre os agentes, a alguns abatimentos; para isso, são utilizados recursos provenientes da aplicação de penalidades pela CCEE, reservas destinadas especificamente ao alívio de ESS e sobras de excedente financeiro. Confira abaixo esses abatimentos e os valores finais de pagamento de encargos.

Pagamentos por Encargos de Serviços de Sistema (em R\$)

	Reservas para alívio de ESS	Total de penalidades aplicadas	Sobra de excedente financeiro no mês anterior	Pagamento por ESS	Pagamentos por ESS – Segurança Energética
Jan/14	16.305.345	21.770	2.728	363.789.800	0
Fev/14	556.191.528	670.954	4.781	0	0
Mar/14	176.847.799	2.057.997	696.565	0	0
Abr/14	171.024.915	2.542.504	2.733.655	0	0
Mai/14	415.651.855	2.881.373	5.334.479	0	950.407
Jun/14	0	1.448.834	8.315.980	78.030.700	391.511.351
Jul/14	0	2.087.072	51.065	123.486.558	189.552.743
Ago/14	0	4.216.884	110.200	18.932.536	149.310.215
Set/14	0	18.478.615	29.197	9.773.055	142.391.527
Out/14	0	5.491.821	306.210	87.812.121	120.157.908
Nov/14	0	251.910	1.341	73.474.490	65.920.243
Dez/14	0	47.235	1.348	60.745.897	170.248.952

Pagamentos por Encargos de Serviços de Sistema (em R\$)

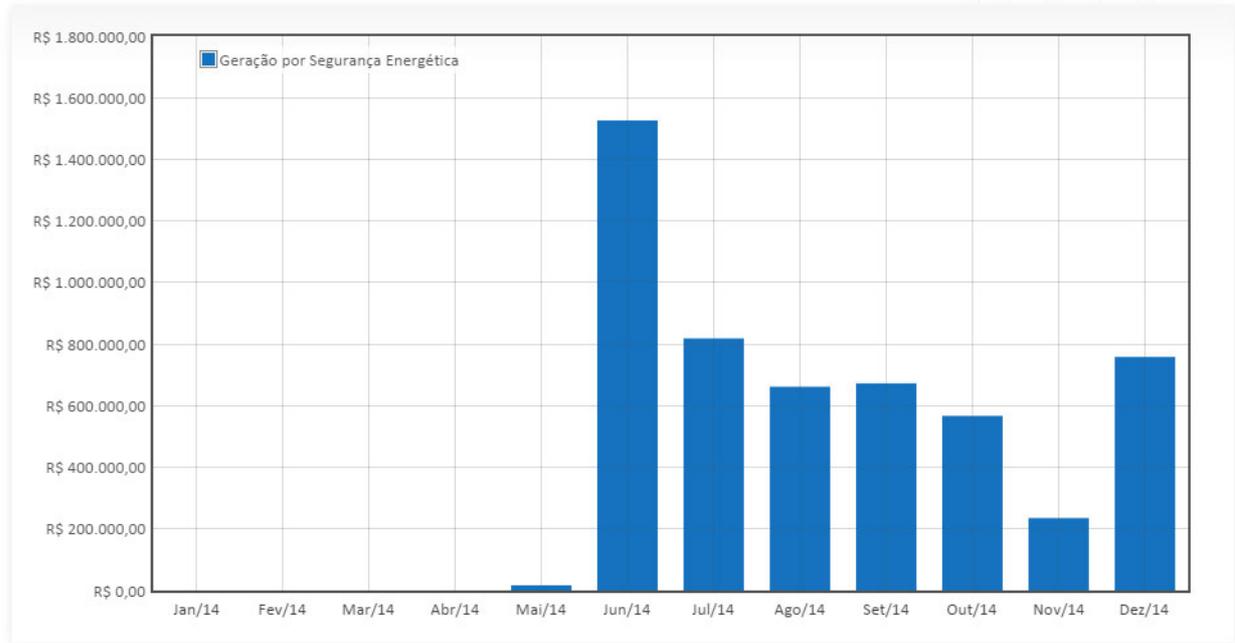


Confira também, abaixo, o montante de energia gerada por termelétricas a título de segurança energética em 2014.

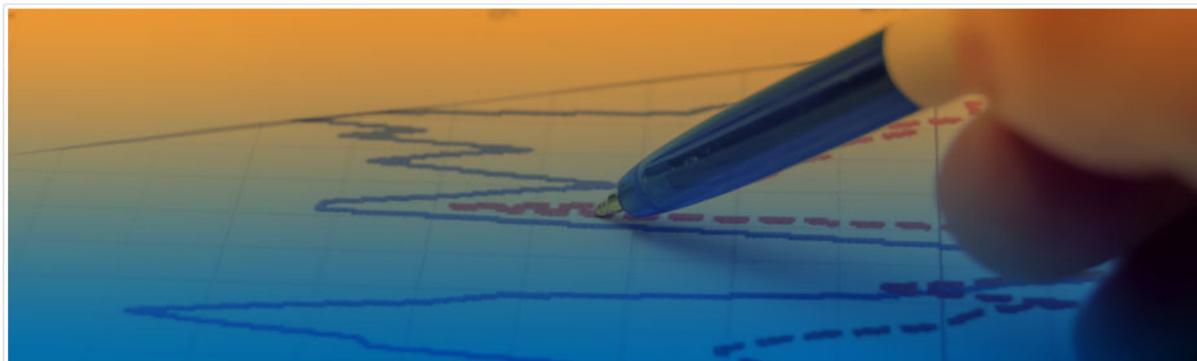
Geração por segurança energética (em MWh)

Geração por Segurança energética	
Jan/14	0
Fev/14	0
Mar/14	0
Abr/14	0
Mai/14	16.678
Jun/14	1.526.415
Jul/14	818.610
Ago/14	661.592
Set/14	672.668
Out/14	566.893
Nov/14	234.926
Dez/14	758.368

Geração por Segurança Energética



Exposição associada à contratação regulada



A contratação de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional – SIN está associada ao risco de eventuais diferenças de preços entre os diferentes submercados existentes no país, causada por restrições no intercâmbio de energia entre as regiões. Como as concessionárias de distribuição adquirem energia de usinas localizadas em todos Estados do Brasil e essas transações são contabilizadas no submercado do vendedor, os consumidores regulados ficam sujeitos a exposições tanto positivas quanto negativas no mercado de curto prazo.

Para reduzir esse risco, a CCEE promove uma contabilização em que eventuais exposições positivas de determinados agentes são utilizadas para aliviar as exposições negativas de outros; são utilizados nesse abatimento, também, recursos gerados por penalidades cobradas pela CCEE; assim, a depender dos números, essa contabilização pode até mesmo resultar em sobra de recursos, caso em que o montante é rateado entre as distribuidoras para abater Encargos de Serviço de Sistema - ESS, em prol da modicidade tarifária.

A soma dos valores pagos devido à diferença de preços entre os submercados é o excedente financeiro, a partir do qual são consideradas as exposições positivas e negativas e verifica-se se é possível destinar recursos ao abatimento de encargos. Nos primeiros seis meses de 2014, R\$1,3 bilhão foi destinado a alívio de ESS, sendo que nos demais meses o excedente financeiro não foi suficiente e restaram exposições negativas para os agentes.

Confira na tabela abaixo os detalhes dessa contabilização.

Exposições associadas à contratação regulada – alocação do excedente financeiro (em R\$)

	Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Mai/14	Jun/14	Jul/14	Ago/14	Set/14	Out/14	Nov/14	Dez/14
Excedente financeiro	43.157.349	1.110.596.596	334.483.177	517.190.729	1.596.448.159	474.100.997	241.808.796	-1	0	63.994.104	0	0
Exposições financeiras positivas	184.455	39.805.616	41.155.105	40.354.836	21.803.926	265.916.276	114.464.323	0	0	45.062.969	0	0
Total de recursos disponível	43.341.804	1.150.402.212	375.638.283	557.545.565	1.618.252.085	740.017.274	356.273.119	-1	0	109.057.073	0	0
Exposições financeiras negativas	27.036.459	594.210.684	198.790.484	386.520.650	1.202.600.230	904.326.334	437.238.277	0	0	138.092.064	0	0
Exposições negativas remanescentes	0	0	0	0	0	163.367.933	79.341.670	0	0	28.119.137	0	0
Reserva para Alívio de Encargos de Serviço do Sistema - ESS	16.305.345	556.191.528	176.847.799	171.024.915	415.651.855	0	0	0	0	0	0	0

Energia incentivada



As fontes incentivadas de energia elétrica são aquelas que, por produzirem energia limpa e renovável, ganham abatimentos na Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão – Tust e na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD. É o caso das usinas eólicas, solares, a biomassa e das pequenas centrais hidrelétricas – PCHs, sendo que esses descontos podem ser de 50%, 80% ou 100%.

Os consumidores de energia elétrica com carga entre 0,5 MW e 3 MW que optam em migrar para o Ambiente de Contratação Livre – ACL podem comprar apenas energia proveniente das fontes incentivadas. São os chamados consumidores especiais, que representavam mais de 1,2 mil agentes associados à CCEE no final de 2014.

Usinas de energia incentivada e convencionais especiais

	Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Mai/14	Jun/14	Jul/14	Ago/14	Set/14	Out/14	Nov/14	Dez/14
Geração (MW médios)	2.687	2.333	2.756	3.759	4.516	5.149	5.151	5.403	5.224	5.531	5.096	4.823
Capacidade instalada (MW)	14.299	14.081	14.489	14.534	14.786	14.829	15.214	15.614	15.636	15.783	15.885	15.913
Número de usinas	677	686	710	718	732	741	761	770	786	805	823	854

Distribuição da garantia física, por percentual de desconto (MW médios)

Percentual de Desconto	Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Mai/14	Jun/14	Jul/14	Ago/14	Set/14	Out/14	Nov/14	Dez/14
50%	2.784	2.715	2.691	2.864	2.653	2.847	2.817	2.862	2.816	2.957	3.050	3.338
80%	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2
100%	276	282	274	279	278	270	261	264	260	339	268	300

Proinfa



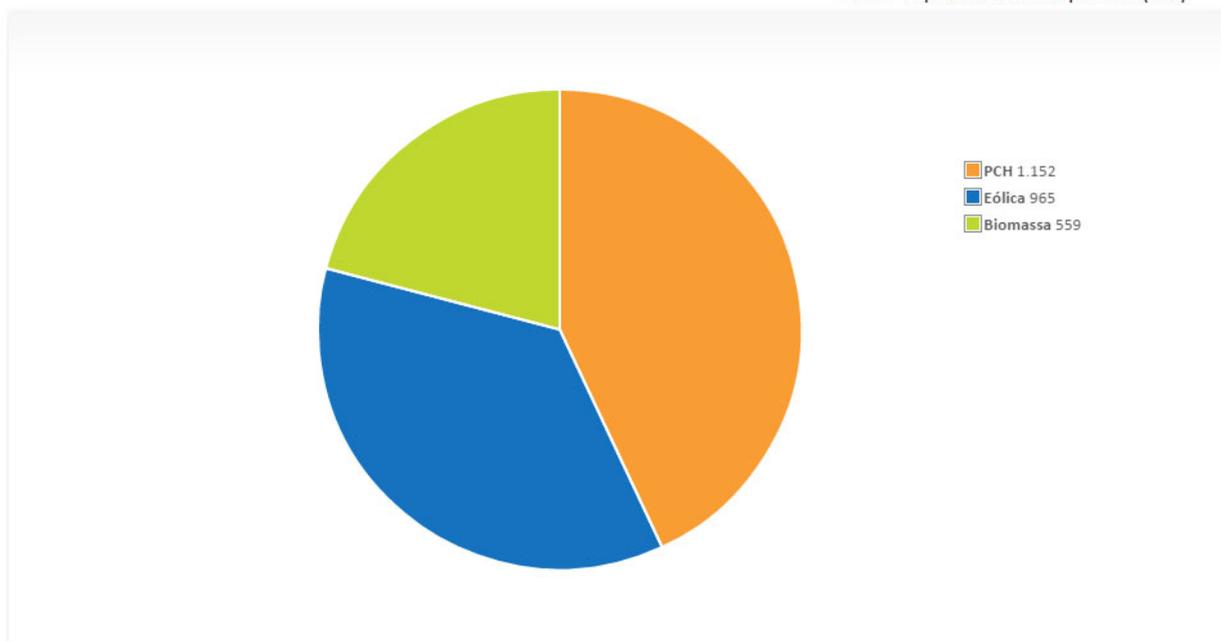
Usinas renováveis contratadas por programa de incentivo somam 2,6 GW em capacidade

Instituído pela Lei 10.438/2002, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa consistiu em uma ação federal de fomento ao investimento em geração de energia renovável por meio de parques eólicos, térmicas a biomassa e pequenas centrais hidrelétricas – PCHs. Os empreendimentos que comercializam a energia no âmbito do programa somam 2.649 MW em potência instalada, com liderança das hídricas (1.125 MW), seguidas pelas usinas a vento (965 MW) e biomassa (559 MW).

As usinas do Proinfa comercializam a energia elétrica produzida para a Eletrobras em contratos de vinte anos de duração, sendo que o custo dessa contratação é rateado por todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Interligado Nacional – SIN, com exceção dos clientes de baixa renda.

Confira abaixo os empreendimentos do Proinfa e o desempenho destes em 2014.

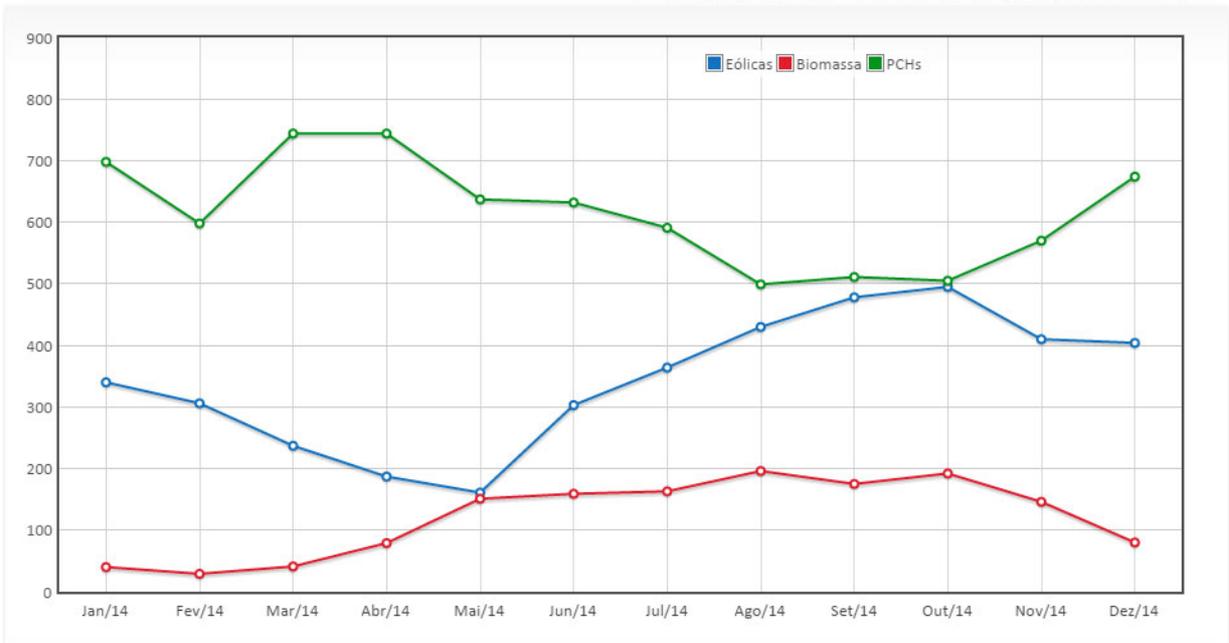
Proinfa - capacidade instalada por fonte (MW)



Proinfa - geração das usinas contratadas pelo programa (em MW médios)

Geração (MW médios)	Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Mai/14	Jun/14	Jul/14	Ago/14	Set/14	Out/14	Nov/14	Dez/14
Eólicas	340	306	237	187	161	303	364	430	478	495	410	404
Biomassa	40	29	41	79	151	159	163	196	175	192	146	80
PCHs	698	598	744	744	637	632	591	499	511	505	570	674

Proinfa - geração das usinas contratadas pelo programa (em MW médios)



Mercado de curto prazo – MCP



Liquidação recorde nas operações referentes a 2014: R\$ 40,7 bilhões

O mercado de curto prazo, também conhecido como mercado spot, consiste no acerto mensal para cada empresa das diferenças entre, de um lado, energia contratada e gerada, e, de outro lado, energia consumida e comercializada. O valor utilizado nas operações é o Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, calculado semanalmente pela CCEE.

A liquidação financeira dessas posições é realizada pela CCEE de forma multilateral, ou seja: um agente em posição credora recebe seu crédito de todos os devedores do mercado e não de um agente devedor específico. Em contrapartida, um agente devedor efetua o pagamento a todos os credores e não especificamente a um ou outro agente credor.

Eventuais inadimplências são rateadas entre os agentes credores do mês em questão, sendo que, quando há desligamento do agente devedor, o débito é dividido por todos os associados da CCEE, na proporção da participação de cada agente no mercado.

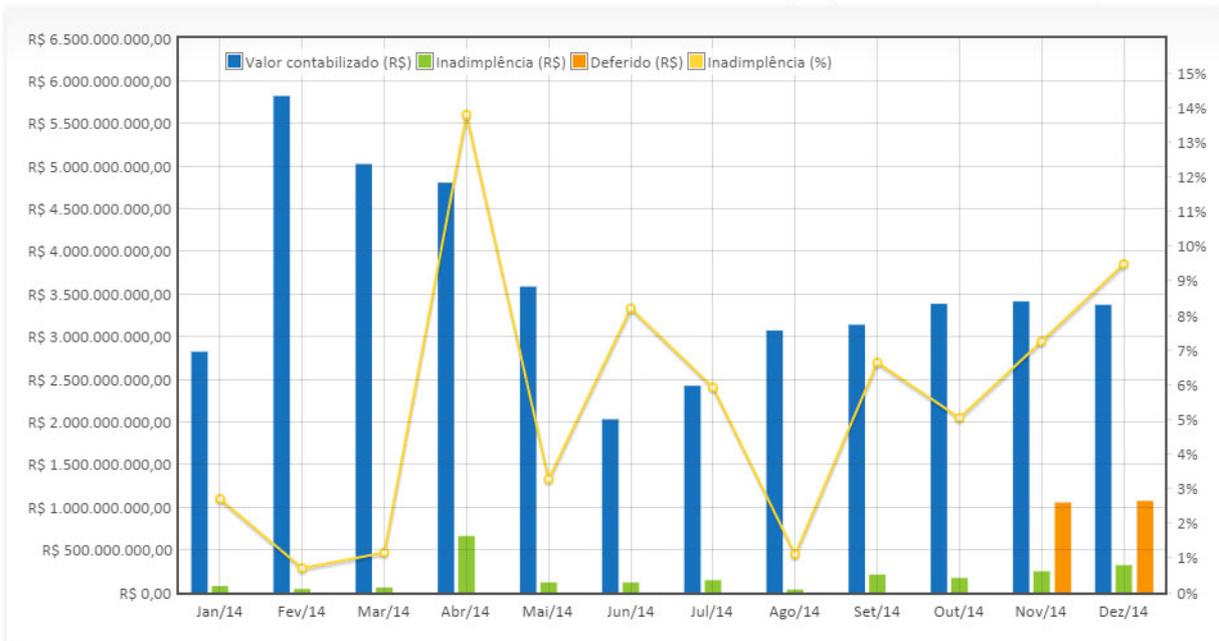
As liquidações financeiras do mercado de curto prazo referentes às contabilizações dos meses de janeiro a dezembro de 2014 somaram R\$ 40,7 bilhões.

Em novembro e dezembro, excepcionalmente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel aprovou o diferimento, para pagamento em 2015, de montantes sob responsabilidade das distribuidoras nas liquidações do MCP. A decisão foi motivada pelo fim dos recursos disponíveis na Conta-ACR ao final do ano.

Liquidação financeira do mercado de curto prazo - MCP

	Valor contabilizado (R\$)	Liquidado (R\$)	Inadimplência (R\$)	Inadimplência (%)	Total diferido (R\$)
Jan	2.822.667.169,71	2.747.292.273,46	75.374.896,25	2,7%	0
Fev	5.821.621.848,61	5.780.958.245,41	40.663.603,20	0,7%	0
Mar	5.024.042.400,37	4.966.325.020,48	57.717.379,89	1,15%	0
Abr	4.805.212.877,20	4.142.420.636,36	662.792.240,84	13,79%	0
Mai	3.586.345.744,61	3.586.345.744,61	117.264.247,70	3,27%	0
Jun	2.030.082.009,14	1.863.520.578,76	116.561.430,38	8,20%	0
Jul	2.423.877.719,63	2.280.390.902,51	143.486.817,12	5,92%	0
Ago	3.072.441.745,95	3.038.790.091,69	33.651.654,26	1,10%	0
Set	3.139.320.187,67	2.930.995.056,99	208.325.130,68	6,64%	0
Out	3.386.083.744,71	3.215.517.461,54	170.566.283,17	5,04%	0
Nov	3.412.450.427,88	2.109.925.340,05	247.546.231,06	7,25%	1.054.978.856,77
Dez	3.373.146.969,70	1.979.590.730,74	319.636.072,12	9,48%	1.073.920.166,84

Liquidação financeira do mercado de curto prazo - MCP



Liquidação financeira de Angra e cotas



CCEE liquida R\$ 4,1 bilhões em compra de energia nuclear e cotas por distribuidoras

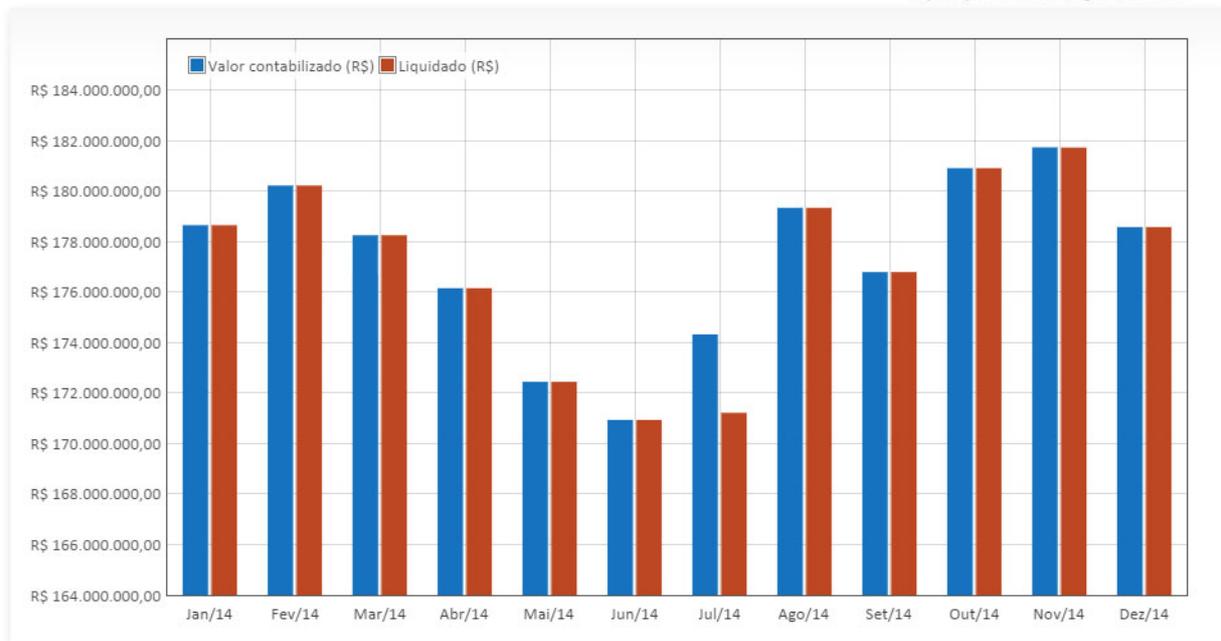
Outras duas contabilizações promovidas centralizadamente pela CCEE são as referentes à comercialização da energia elétrica produzida pelas usinas nucleares de Angra 1 e Angra 2 e pelas hidrelétricas cuja concessão expirou ou foi renovada por meio da Lei 12.783/13.

Nessas operações, que movimentaram mais de R\$ 4,1 bilhões nas liquidações referentes aos meses entre janeiro e dezembro de 2014, as distribuidoras rateiam a geração dessas usinas e pagam a estas uma receita de venda prestabelecida, sendo a CCEE responsável por viabilizar os pagamentos e recebimentos.

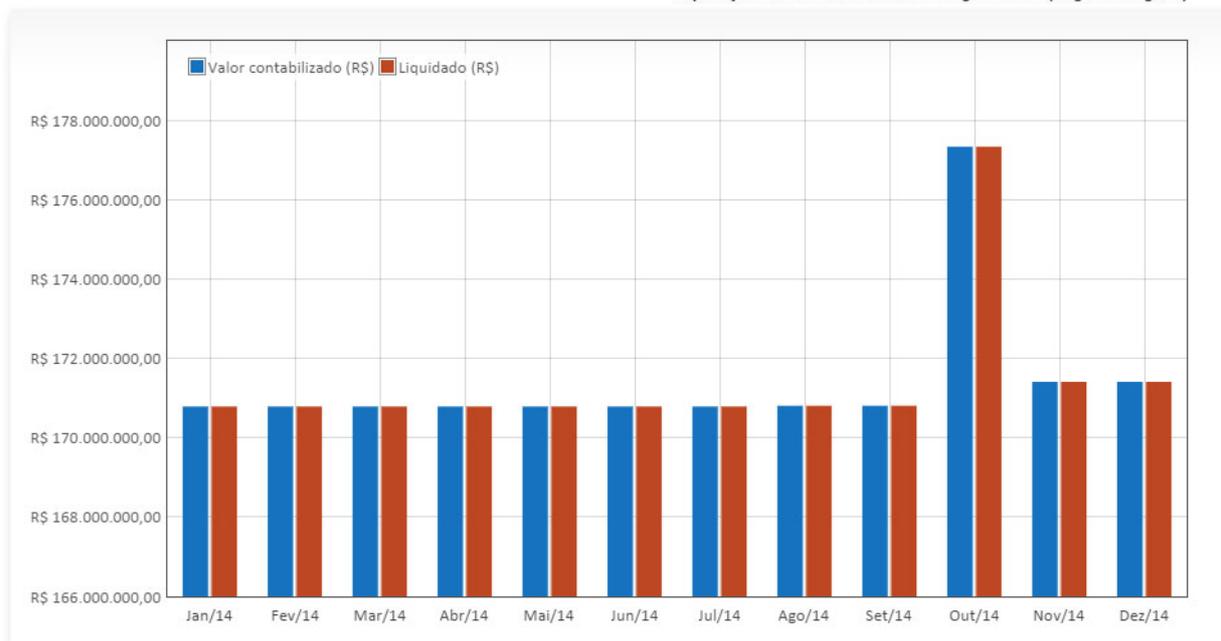
Confira abaixo um resumo dessas contabilizações no ano.

Liquidação financeira de cotas de garantia física

	Valor contabilizado (R\$)	Liquidado (R\$)	Inadimplência (R\$)	Inadimplência (em %)
Jan	178.645.315,77	178.645.315,77	0	0%
Fev	180.217.535,54	180.217.535,54	0	0%
Mar	178.248.416,96	178.248.416,96	0	0%
Abr	176.148.756,35	176.148.756,35	0	0%
Mai	172.443.229,01	172.443.229,01	0	0%
Jun	170.930.872,22	170.930.872,22	0	0%
Jul	174.319.873,85	171.214.756,70	3.105.117	1,78%
Ago	179.334.385,79	179.334.385,79	0	0%
Set	176.790.215,33	176.790.215,33	0	0%
Out	180.903.817,92	180.903.817,92	0	0%
Nov	181.727.461,14	181.718.509,21	8.952	0%
Dez	178.571.219,54	178.571.219,54	0	0%
Total	2.128.281.099			

Liquidação de cotas de garantia física

Liquidação financeira de cotas de energia nuclear (Angra I e Angra II)

	Valor contabilizado (R\$)	Liquidado (R\$)	Inadimplência (R\$)	Inadimplência (em %)
Jan	170.786.002,27	170.786.002,27	0	0%
Fev	170.786.002,27	170.786.002,27	0	0%
Mar	170.786.002,27	170.786.002,27	0	0%
Abr	170.786.002,27	170.786.002,27	0	0%
Mai	170.786.002,27	170.786.002,27	0	0%
Jun	170.786.002,27	170.786.002,27	0	0%
Jul	170.786.002,27	170.786.002,27	0	0%
Ago	170.804.592,33	170.804.592,33	0	0%
Set	170.804.592,33	170.804.592,33	0	0%
Out	177.334.900,99	177.334.900,99	0	0%
Nov	171.406.598,44	171.406.598,44	0	0%
Dez	171.406.598,44	171.406.598,44	0	0%
Total	2.057.259.298			

Liquidação financeira de cotas de energia nuclear (Angra I e Angra II)


Energia de Reserva



Gestora da Conta de Energia de Reserva, CCEE repassa R\$ 4,6 bilhões em excedentes aos consumidores

A contratação de empreendimentos de energia de reserva foi regulamentada em 2008, com o objetivo garantir a segurança no suprimento para o Sistema Interligado Nacional – SIN. As usinas dessa modalidade passaram, assim, a ser viabilizadas por meio de certames específicos, os leilões de reserva.

Com o início da comercialização de Energia de Reserva, em janeiro de 2009, a CCEE passou a representar os agentes de consumo desse tipo de energia e a responder pela centralização da relação contratual entre as partes, além de efetuar a gestão da Conta de Energia de Reserva - Coner. A produção das usinas contratadas na modalidade é liquidada no mercado de curto prazo, pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, e os recursos provenientes da operação vão para a Coner, que remunera os agentes geradores. Se necessário, são recolhidos recursos extras junto aos agentes para quitar as obrigações, por meio de Encargo de Energia de Reserva – EER.

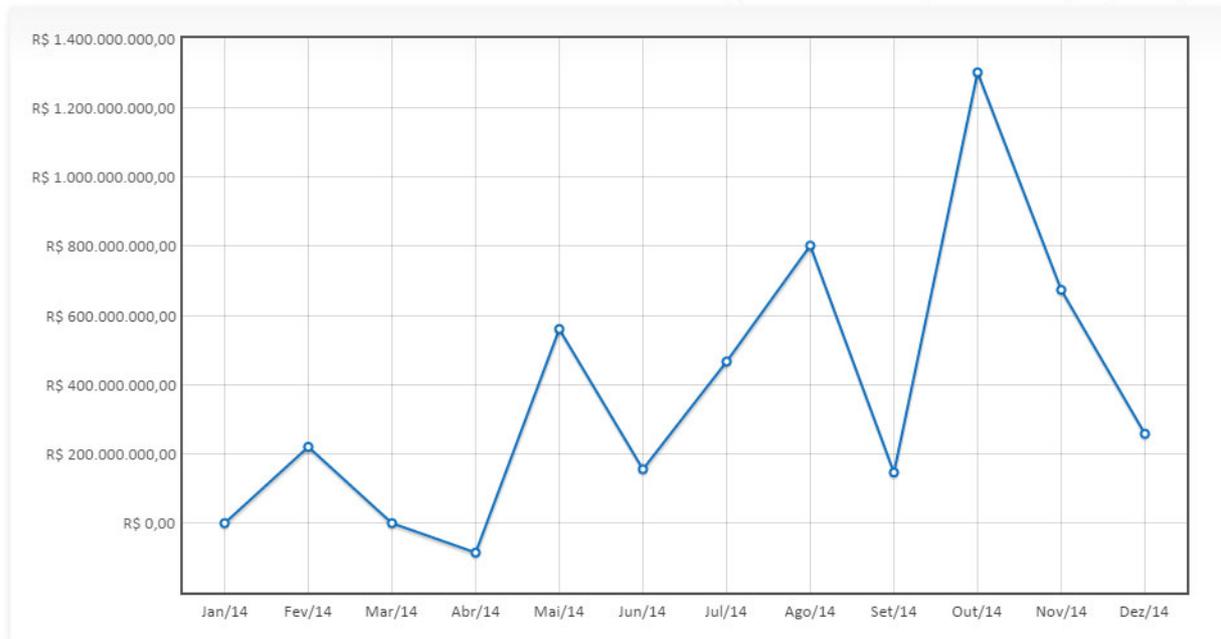
Como o PLD ficou elevado ao longo de 2014, a receita obtida com a venda da energia de reserva no MCP foi superior às necessidades de caixa da Coner; com isso, a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel regulamentou a possibilidade de repasse de eventuais excedentes da conta aos consumidores.

Assim, a CCEE iniciou em fevereiro de 2014 os repasses de excedentes da Coner, que somaram R\$ 4,5 bilhões líquidos, divididos entre distribuidoras (em benefício do consumidor residencial), consumidores livres e especiais. Já os pagamentos às usinas geradoras de energia de reserva somaram R\$ 2,9 bilhões no ano.

Apuração de Energia de Reserva

Mês	Apuração EER (R\$)	Excedente (R\$)
Jan/14	0	0
Fev/14	0	220.186.101,60
Mar/14	0	0
Abr/14	85.081.125,13	0
Mai/14	0	560.253.257,29
Jun/14	0	155.639.064,00
Jul/14	0	466.509.709,30
Ago/14	0	801.263.856,40
Set/14	0	146.317.752,87
Out/14	0	1.301.152.327,68
Nov/14	0	673.380.354,92
Dez/14	0	258.021.629,54
TOTAL	85.081.125,13	4.582.724.053,59

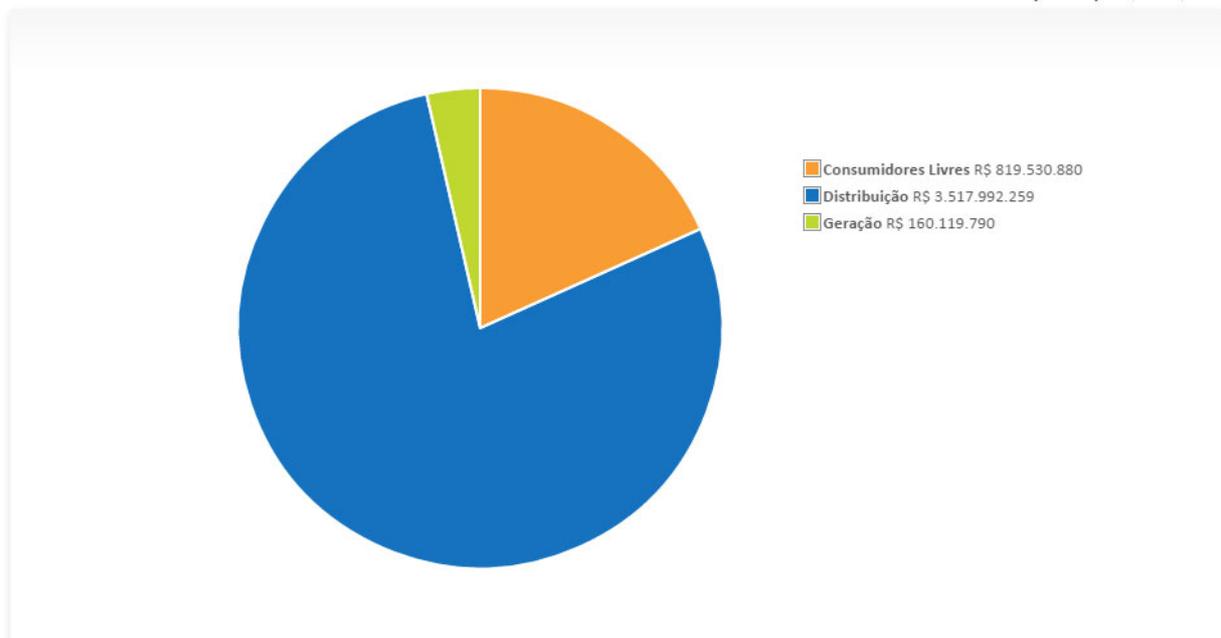
Excedentes da Conta de Energia de Reserva - CONER repassados em 2014 (em R\$ milhões)



Repasso líquido, em R\$

Repasso líquido	Total em R\$
Consumidores Livres	819.530.880
Distribuição	3.517.992.259
Geração	160.119.790
Total	4.497.642.928

Repasso líquido, em R\$



MCSD

Mecanismo de compensação de sobras e déficits permite cessão de contratos entre as distribuidoras

O Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit – MCSD permite às distribuidoras de energia elétrica realizar cessões de contratos regulados – na prática, transferências de energia de agentes que possuem sobras para outras concessionárias de distribuição que possuem déficit, sendo que cabe à CCEE centralizar a apuração e liquidação financeira dessas operações.

Em 2014, as distribuidoras não apresentaram demanda por novas operações de cessão; já as liquidações financeiras do MCSD promovidas entre janeiro e dezembro de 2014 para quitar obrigações referentes aos termos de cessão já assinados movimentaram R\$ 272 milhões, com 100% de adimplência.

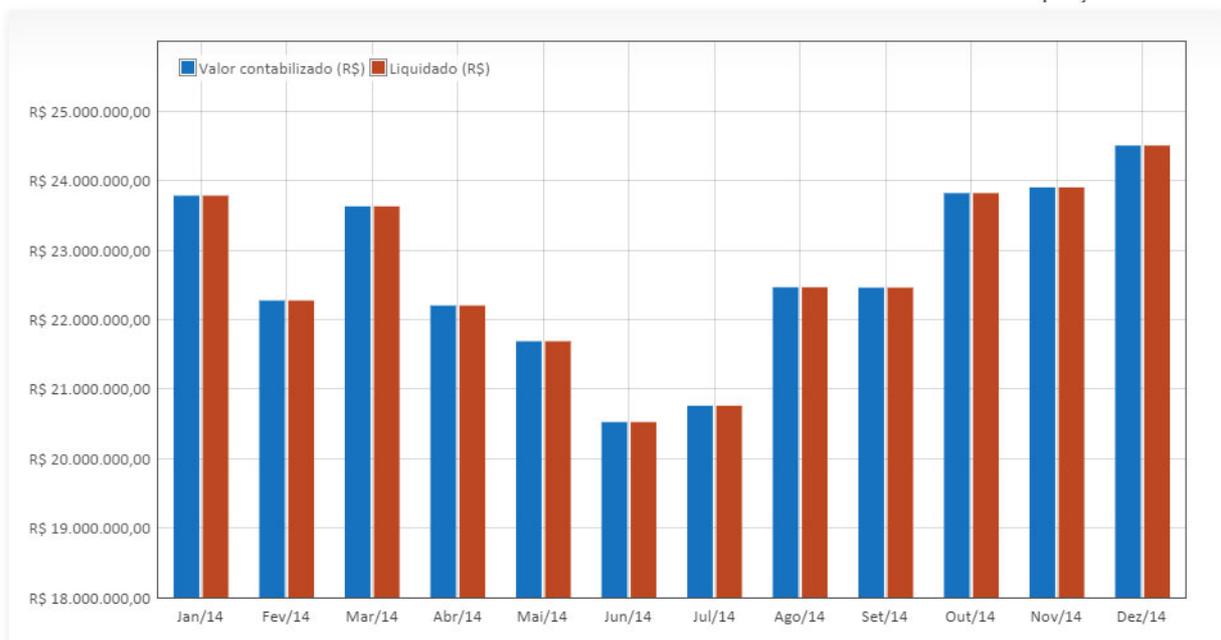
Podem ser alvo de cessões no MCSD contratos de comercialização no ambiente regulado (CCEARs) decorrentes de energia existente quando da perda de grandes consumidores que passam a ser livres na área de concessão das distribuidoras; para acréscimo a contratos antigos, firmados antes de 2004; ou por outros desvios de mercado.

Confira abaixo a movimentação mensal do MCSD, que não registrou inadimplência em 2014.

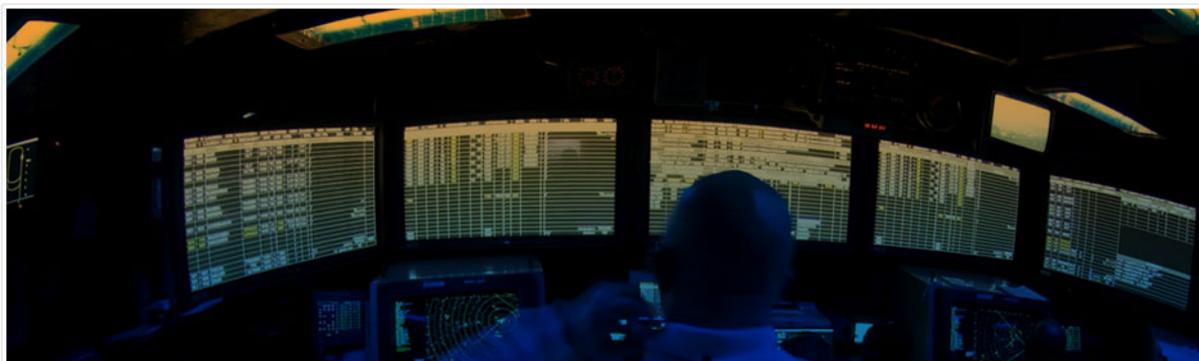
Liquidações do MCSD

	Valor contabilizado (R\$)	Liquidado (R\$)	Inadimplência (R\$)	Inadimplência (em %)
Jan/14	23.785.625	23.785.625	0	0,00%
Fev/14	22.275.001	22.275.001	0	0,00%
Mar/14	23.631.282	23.631.282	0	0,00%
Abr/14	22.202.490	22.202.490	0	0,00%
Mai/14	21.688.335	21.688.335	0	0,00%
Jun/14	20.525.493	20.525.493	0	0,00%
Jul/14	20.760.205	20.760.205	0	0,00%
Ago/14	22.465.085	22.465.085	0	0,00%
Set/14	22.460.238	22.460.238	0	0,00%
Out/14	23.822.257	23.822.257	0	0,00%
Nov/14	23.904.546	23.904.546	0	0,00%
Dez/14	24.507.269	24.507.269	0	0,00%
Total	272.027.826	272.027.826	0	0,00%

Liquidações do MCSD



Monitoramento



Atuação preventiva protege agentes de R\$ 1,8 bilhão em possíveis inadimplências

O monitoramento do mercado é formado por um conjunto de atividades com o objetivo de identificar e analisar ações ou condutas dos agentes da CCEE que possam eventualmente estar em desacordo com a legislação ou com as boas práticas comerciais. Essa constante análise proporciona maior segurança à comercialização de energia elétrica, além de aumentar a transparência aos associados, aos organismos relacionados ao público em geral por meio da disponibilização de relatórios sobre empresas que foram colocadas em situação de monitoramento ou que tiveram registros de seus contratos ajustados.

O ajuste de montantes de contratos de compra e venda de energia elétrica em decorrência de não aporte, por agentes vendedores, de garantias financeiras previamente à liquidação financeira das operações do mercado de curto prazo evitou R\$ 1,8 bilhão em possíveis inadimplências. O valor, que corresponde ao montante dos registros de contratos ajustados multiplicado pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD vigente à época do acerto, mostra a importância das operações de monitoramento para garantir o bom funcionamento do mercado de comercialização.

Monitoramento – Ajuste de contratos

Mês	Contratados Ajustados (MWh)	Montante Ajustado (R\$)	Contratos Ajustados	Agentes Vendedores Ajustados	Agentes Compradores Impactados
Jan	460.415	175.554.726	242	13	45
Fev	453.826	344.221.962	346	14	45
Mar	10.797	8.876.204	50	11	47
Abr	689	441.598	2	1	2
Mai	674	543.790	3	3	2
Jun	3.943	1.592.572	8	8	7
Jul	1.446.744	857.256.706	57	5	53
Ago	383.262	271.938.711	14	4	12
Set	15.760	11.488.824	13	8	10
Out	892	690.287	5	5	5
Nov	0	0	0	0	0
Dez	244.783	147.166.518	28	3	24
Total	3.021.785	147.166.518	768	75	252

Central de Monitoramento



A CCEE disponibiliza em seu site a Central de Monitoramento, um canal formal de comunicação para recebimento e tratamento de informações a respeito de práticas indesejáveis e/ou em desacordo com normas e legislação vigentes que possam eventualmente ser praticadas pelos agentes. O foco da ferramenta é possibilitar o registro de ocorrências por empresas ou pessoas que tenham conhecimento de qualquer risco às operações da CCEE, em especial ao processo de contabilização e liquidação financeira.

Todas as informações prestadas a este canal são confidenciais e tratadas com absoluto sigilo por uma empresa especializada e independente.

Penalidades e Desligamentos

Monitoramento garante aplicação das regras e aumenta segurança do mercado

Uma das atribuições do monitoramento do mercado é a imposição de sanções de natureza regulatória e financeira quando detectados descumprimentos de obrigações ou regras pelos agentes, de modo a desincentivar tais comportamentos e reduzir riscos na comercialização de energia elétrica.

Essa atividade envolve a aferição, gestão e aplicação de penalidades técnicas e de medição e multas financeiras, a partir de condições estabelecidas nas regras e procedimentos de comercialização de energia. Os valores arrecadados pela CCEE com as cobranças são revertidos para a modicidade tarifária, tanto por meio de alívio de eventuais exposições financeiras negativas de contratos regulados de energia no mercado de curto prazo, quanto pelo abatimento de Encargos de Serviços de Sistema-ESS.

Veja os valores de penalidade aplicados nas contabilizações de 2014 por tipo e destinação:

Penalidades pagas e destinadas a alívio de exposições de contratos regulados – CCEAR (em R\$)

Penalidade	Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Mai/14	Jun/14	Jul/14	Ago/14	Set/14	Out/14	Nov/14	Dez/14
Insuficiência de Lastro de Potência	5.667	23.534	26.760	0	900.799	188.011	183.380	1.069	79.504	47.802	7.703	2.577
Insuficiência de Lastro de Energia	777.916	2.256.219	686.902	2.874.798	5.278.862	2.464.360	15.059.654	1.845.170	356.574	1.506.252	1.257.285	62.151.623
Total	783.582	2.279.753	713.662	2.874.798	6.179.660	2.652.370	15.243.034	1.846.239	436.078	1.554.054	1.264.988	62.154.200

Multas e penalidades pagas e destinadas a alívio de encargos - por classe (em R\$)

Penalidade/multa	Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Mai/14	Jun/14	Jul/14	Ago/14	Set/14	Out/14	Nov/14	Dez/14
Penalidades de medição	19.022	0	32.085	2.310.151	665.000	15.909	207.320	38.922	76.092	110.333	18.282	15.000
Não aporte das garantias financeiras	2.723	655.370	848.243	165.971	2.127.607	767.883	1.049.361	2.263.486	18.152.064	5.381.424	228.412	32.234
Multa por inadimplência no MCP	25	15.584	1.177.670	66.383	88.766	665.041	830.391	1.914.476	250.460	64	5.216	1
Total	21.770	670.954	2.057.997	2.542.504	2.881.373	1.448.834	2.087.072	4.216.884	18.478.615	5.491.821	251.910	47.235

O monitoramento também atua na abertura e gestão de procedimentos para o desligamento de agentes que descumpram obrigações financeiras ou percam condição para operar no mercado, de acordo com as disposições da Resolução Normativa Aneel nº 545/2013. Este processo, quando levado a cabo, resulta na exclusão do quadro de agentes da CCEE, com o objetivo reduzir a inadimplência e afastar potenciais riscos ao mercado.

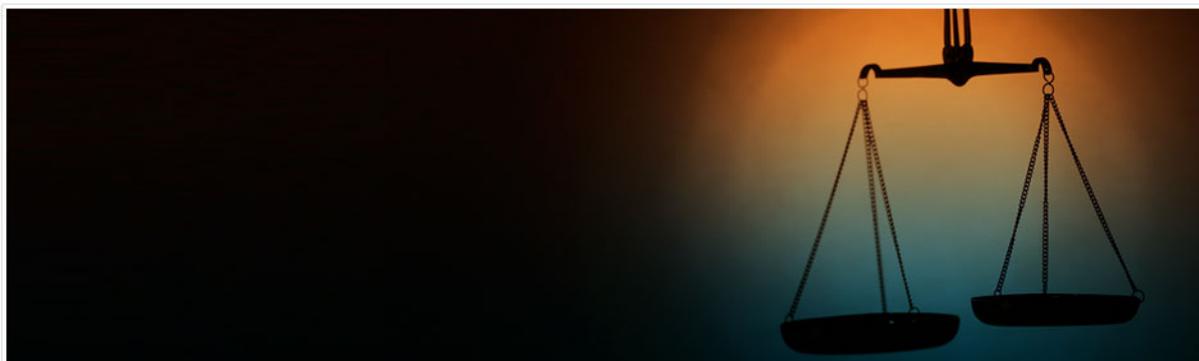
Ao entrar em desligamento, o agente pode resolver as pendências e ter o procedimento suspenso, caso no qual ele passa a ser monitorado pela CCEE; caso não registre mais descumprimentos por um período de seis ciclos de contabilização, o processo é extinto e a empresa pode seguir no mercado.

Veja os números relacionados aos desligamentos em 2014:

Agentes desligados em 2014

	Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Mai/14	Jun/14	Jul/14	Ago/14	Set/14	Out/14	Nov/14	Dez/14
Por descumprimento de obrigação	1	3	1	2	2	0	2	5	0	0	0	2
Compulsório	0	0	0	0	2	1	2	2	1	1	0	2
Total	1	3	1	2	4	1	4	7	1	1	0	4

Jurídico



Atuação jurídica fortalece regras do mercado e reduz riscos

A atenção aos aspectos jurídicos que possam eventualmente causar impactos diretos ou indiretos sobre o mercado e a própria CCEE, com reflexo sobre seus associados, é parte importante da atuação da organização pela segurança da comercialização da energia elétrica.

Nesse sentido, o corpo jurídico da CCEE possui foco regulatório e corporativo, fornecendo apoio legal para o desenvolvimento de todos os assuntos tratados no âmbito da instituição, sejam orientados ao mercado ou de impacto interno. As atividades envolvem a análise jurídica dos processos de adesão de novos agentes, desligamentos, contestações de penalidades, contabilização, liquidação financeira, leilões de energia, assembleias gerais, celebração de contratos regulados, corporativos, tributários, trabalhistas, entre outros.

A viabilização da estruturação e da implantação da Conta-ACR representou outro desafio importante em 2014, e envolveu também o estabelecimento de mecanismos contratuais que blindam a CCEE e seus agentes de qualquer risco na operação.

Ainda merece destaque a atuação da instituição nos casos judiciais, arbitrais e administrativos que envolvem o mercado. A busca pela conversão de litígios em soluções consensuais e a aplicação das regras de forma clara, isonômica e com o menor custo para o mercado têm sido os objetivos da área jurídica, que atua em todas as demandas que trazem impacto para as operações dos agentes no âmbito da CCEE.

Compliance e Auditoria



A área de compliance e gestão de riscos da CCEE promove programas e procedimentos internos para assegurar a conformidade da organização em relação à legislação do país e do setor elétrico; às próprias normas internas de segurança, controle, integridade, disponibilidade e confidencialidade da informação; bem como para identificar e gerir de riscos internos e externos da instituição, ouvindo os seus principais públicos. Além disso, as práticas incluem atividades de auditoria interna, gestão das auditorias externas e a vigilância do cumprimento do manual de conduta por colaboradores e fornecedores, além do recebimento e apuração de eventuais denúncias de irregularidades.

A importância das atividades fica óbvia diante dos bilhões em transações processadas pela CCEE, todas com a conformidade assegurada por auditorias independentes de primeira linha; bem como devido dados sigilosos das empresas do mercado de energia que transitam pelos sistemas da organização, devidamente protegidos e criptografados de acordo com as melhores práticas de segurança da informação.

Até por isso, além do trabalho das auditorias independentes, a CCEE é submetida a constantes fiscalizações por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel e a procedimentos internos de auditoria e controle.

As tabelas a seguir apresentam informações relacionadas a fiscalizações e auditorias realizadas sobre a CCEE no ano.

Fiscalizações da Aneel sobre as atividades da CCEE

Superintendência da Aneel	Mês	Objetivo da ação
Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira- SFF	Abril/14	Trabalho de fiscalização na Conta de Energia de Reserva - CONER (ano fiscal 2013) e custo de leilões
Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade- SFE	Abril/14	Fiscalização do Sistema de Medição de Faturamento – SMF

Auditorias externas e independentes das operações da CCEE

Operação analisada	Certificados de conformidade
Contabilização	13
Recontabilização	74
Liquidação do mercado de curto prazo (pré e pós)	25
Liquidação do MCSD (pré e pós)	25
Receita de venda - RRV - Preliminar e Final	24
Custo Variável Unitário de usinas (cálculo e revisão)	24
Energia de Reserva (apuração do encargo)	12
Liquidação de Energia de Reserva (pré e pós)	24
Conta de Energia de Reserva - CONER	12
Certificados de Sistemas – Módulos do CliqCCEE	23
Conta ACR	10
Demonstrações Financeiras da CCEE	1
Total	267

Atendimento aos agentes



Melhoria do atendimento é uma das prioridades do ano; área recebe 41,6 mil chamados em 2014

Uma das atividades mais importantes prestadas pela CCEE aos associados é a disponibilização de atendimento e apoio a estes nas operações. Devido à natural complexidade das regras e sistemas utilizados na comercialização de energia elétrica, a instituição conta com uma central em que profissionais disponibilizados recebem ligações e chamados abertos pelos agentes.

A melhoria do atendimento é uma das prioridades da organização, que realiza pesquisas de satisfação com os agentes após a realização de cada atendimento. Essas avaliações são alvo de análises diárias e discussões internas para identificação de pontos de aperfeiçoamento.

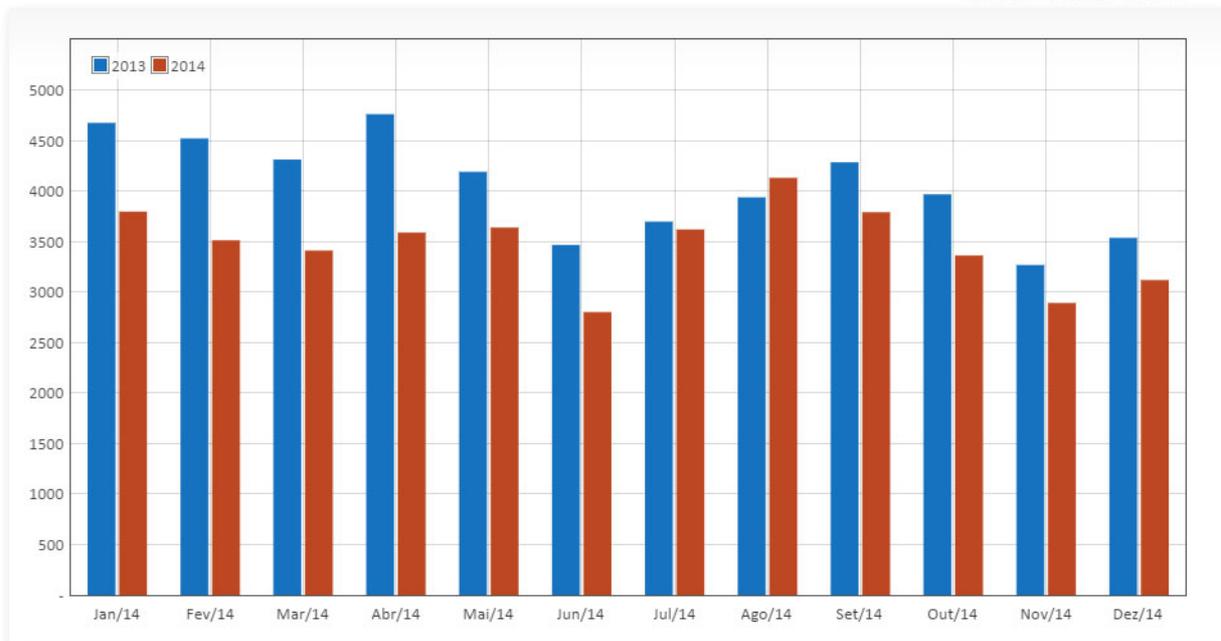
Além disso, a CCEE criou, no final do ano, um canal de atendimento a novos agentes e interessados no mercado de energia elétrica em geral. A iniciativa teve como objetivo prestar toda a orientação necessária para que essas empresas iniciem com segurança suas operações na comercialização. O acompanhamento engloba esclarecimento de dúvidas sobre regras, procedimentos, obrigações, riscos, conceitos e legislação, do início do processo de adesão até o encerramento do primeiro mês de operação na CCEE.

Também foi estabelecida, em 2014, a figura de um profissional de atendimento especializado para o segmento de fontes renováveis de energia, como eólicas, solares e biomassa. A criação decorreu da demanda gerada por agentes que investem nesse setor, que representam grande parte das adesões à CCEE e têm dúvidas bastante específicas, devido às particularidades das usinas dessas formas de geração.

O número de chamados recebidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica entre janeiro e dezembro de 2014 caiu 16% em relação ao mesmo período do ano anterior: foram 41.042, contra 48.609 em 2013.

Chamados atendidos em 2014

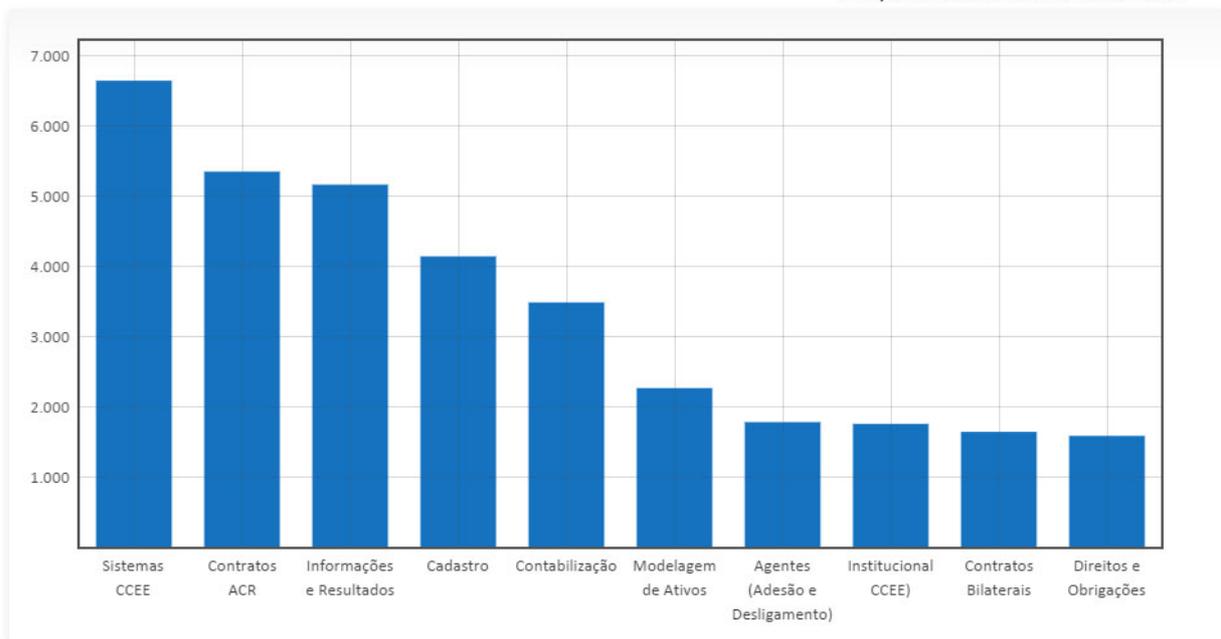
Mês	Chamados receptivos	
	2013	2014
Jan	4.674	3.796
Fev	4.520	3.512
Mar	4.311	3.410
Abr	4.760	3.588
Mai	4.190	3.638
Jun	3.466	2.801
Jul	3.697	3.619
Ago	3.937	3.158
Set	4.284	3.790
Out	3.967	3.361
Nov	3.267	2.891
Dez	3.536	3.118
Total	48.609	41.042

Chamados atendidos em 2014


Confira, na tabela abaixo, os principais assuntos tratados nos chamados abertos pelos associados à CCEE ao longo de 2014.

Principais assuntos tratados nos atendimentos

Principais assuntos tratados nos atendimentos	
Sistemas CCEE	6.634
Contratos ACR	5.339
Informações e Resultados	5.154
Cadastro	4.133
Contabilização	3.477
Modelagem de Ativos	2.258
Agentes (Adesão e Desligamento)	1.773
Institucional CCEE	1.749
Contratos Bilaterais	1.634
Direitos e Obrigações	1.577

Principais assuntos tratados nos atendimentos


Avaliação do atendimento



Notas dadas ao atendimento batem recorde no final do ano

Em 2014, a tradicional pesquisa realizada pela CCEE junto aos agentes para avaliar o atendimento ganhou maior alcance, com o uso de questionários online. O maior alcance não prejudicou as notas, que chegaram em dezembro a um patamar recorde – 4,6, em uma escala de zero a cinco.

O levantamento é feito partir de duas perguntas, referentes à clareza e ao prazo do atendimento. O balanço de 2014 mostra que a média na questão sobre a qualidade da resposta subiu de 4,2 (2013) para 4,4 (2014), enquanto na colocação sobre o tempo de resposta a avaliação cresceu de 4,1 (2013) para 4,5 (2014).

Confira abaixo as notas para cada pergunta, mês a mês, bem como a média entre as avaliações de qualidade e tempo.

Como você avalia a qualidade de resposta ao chamado? (1 a 5)

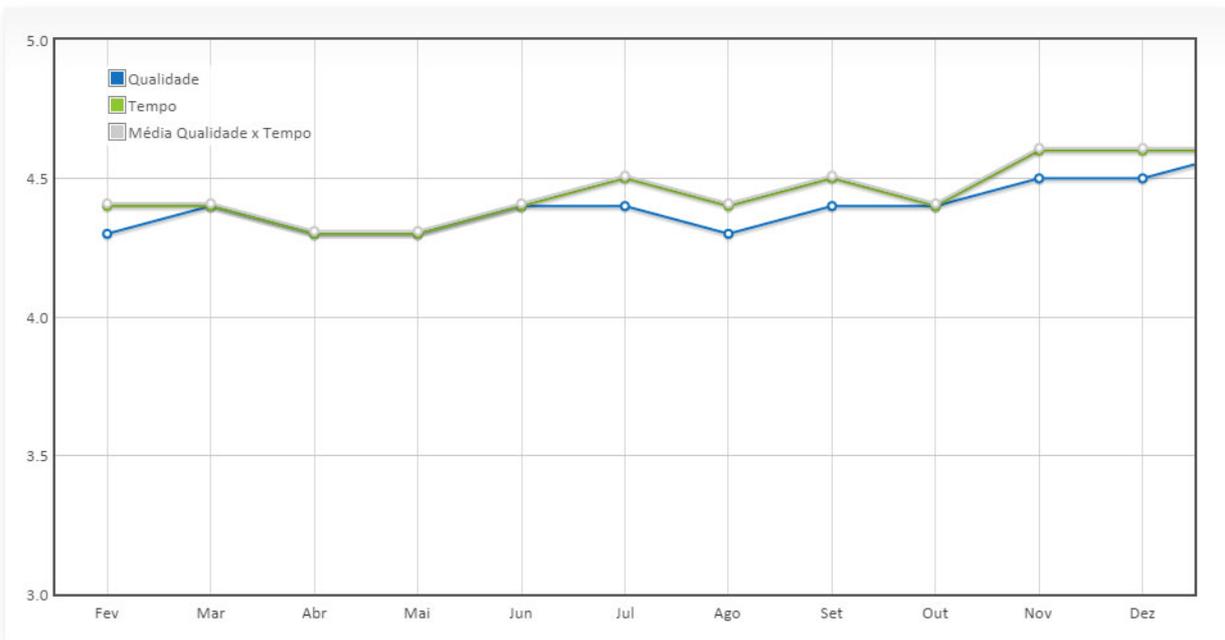
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
4,3	4,4	4,3	4,3	4,4	4,4	4,3	4,4	4,4	4,5	4,5	4,6

Como você avalia o tempo de resposta ao chamado? (1 a 5)

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
4,4	4,4	4,3	4,3	4,4	4,5	4,4	4,5	4,4	4,6	4,6	4,6

Média (Qualidade x Tempo)

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
4,4	4,4	4,3	4,3	4,4	4,5	4,4	4,5	4,4	4,6	4,6	4,6



Canais de Relacionamento



Canais aproximam CCEE dos agentes e oferecem apoio nas operações

Central de Atendimento

O principal canal de relacionamento com os agentes e o público em geral, está aberta a contatos relacionados a dúvidas, solicitações, críticas e sugestões. A equipe de atendimento da CCEE está disponível de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, pelo telefone 0800 10 00 08 ou no e-mail atendimento@ccee.org.br.

Atendimento a Novos Agentes

Criado no final de 2014, este canal destina-se a potenciais agentes e tem como objetivo prestar toda a orientação necessária para que essas empresas iniciem com segurança suas operações no mercado. O acompanhamento engloba esclarecimento de dúvidas sobre regras, procedimentos, obrigações, riscos, conceitos e legislação, do início do processo de adesão até o encerramento do primeiro mês de operação do novo agente na Câmara.

Ouvidoria

O canal funciona como uma segunda instância da Central de Atendimento, ao receber reclamações e críticas dos agentes no caso de insatisfação com as respostas dadas a chamados. O objetivo da ouvidoria é oferecer uma alternativa a mais no relacionamento com os associados, ressaltando a transparência da CCEE e o compromisso com a qualidade no atendimento.

Central de Monitoramento CCEE

A central é mais uma ferramenta da CCEE para reforçar cada vez mais o monitoramento das transações seladas entre os agentes do mercado de energia elétrica. Qualquer interessado, seja associado ou não à CCEE, pode utilizar o canal para relatar uma situação de risco, irregularidade ou de suspeita de ilegalidades. O sigilo é totalmente assegurado. As informações coletadas são processadas por uma empresa de tecnologia independente, especializada em tratamento de dados sigilosos.

Informações ao Mercado



Mais informações para os agentes, mais transparência para a sociedade

Como responsável por viabilizar as operações do mercado de energia elétrica, a CCEE também tem como obrigação divulgar os resultados contabilizados aos agentes envolvidos, à sociedade e às próprias instituições setoriais.

Em 2014, a instituição apostou na ampliação e melhoria das informações divulgadas ao público, por meio do lançamento de novos boletins e da consolidação da transmissão online do evento InfoPLD ao vivo, que mensalmente analisa a formação do Preço de Liquidação das Diferenças.

As iniciativas têm como objetivo apoiar as operações dos agentes associados por meio da disseminação de dados relevantes e análises, reduzindo a assimetria de informações; além de apresentar um panorama de diferentes aspectos do mercado a um público amplo, formado por analistas financeiros, acadêmicos, jornalistas, economistas e interessados em geral.

O **InfoMercado**, o principal boletim, traz os principais resultados contabilizados mensalmente pela CCEE; em 2014, ganhou uma versão semanal, com dados prévios de medição e contratos.

O **InfoPLD**, semanal, detalha o cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças, com análises, gráficos e tabelas. Uma vez por mês, a ainda promove o **InfoPLD ao vivo**, um evento em que essa decomposição da formação do PLD é feita para os agentes e transmitida pelo site da instituição (www.ccee.org.br/aovivo).

Lançados em 2014, o **Boletim de Operação das Usinas** e o **Boletim das Usinas Eólicas** debruçam-se sobre a geração de energia elétrica e apontam o desempenho do parque gerador brasileiro a cada mês.

O **InfoLeilão** e o **InfoLiquidez** completam o time de boletins com análises, respectivamente, sobre os resultados dos leilões regulados e os índices de liquidez do mercado de comercialização brasileiro.

➤ **info Mercado** mensal

➤ **info LIQUIDEZ**

➤ **info Mercado** semanal

➤ **info PLD**

➤ **Boletim das Usinas Eólicas**

➤ **Boletim de Operação das Usinas**

Capacitação



Cursos disseminam conhecimento sobre o mercado em todo o Brasil

Desde o início de suas atividades, a CCEE tem promovido treinamentos para apoiar as operações dos agentes que atuam na compra e venda de energia. Além de disseminar as regras e procedimentos de comercialização e capacitar os profissionais das empresas do setor para a utilização dos sistemas computacionais que processam as transações, a instituição apresenta a própria concepção do mercado e os conceitos que o guiam, tanto para os associados quanto para instituições e parceiros do setor elétrico e da academia.

Ao longo de 2014, a Câmara de Comercialização disponibilizou 37 turmas presenciais e 44 tutoriais e cursos online, por meio do Portal de Aprendizado, somando 5.198 treinamentos realizados – 986 no centro de treinamento da instituição, em São Paulo, e 4,2 mil via internet.

Nas aulas presenciais, em que os instrutores são profissionais especializados da CCEE, destacaram-se os cursos que apresentam uma visão geral das operações de comercialização e da atuação de consumidores livres e especiais de energia no mercado, bem como ações especiais para apoiar os agentes no uso do módulo de contratos do CliqCCEE. Participaram empresas de 20 Estados brasileiros – com destaque para São Paulo, onde está a sede da instituição, Rio de Janeiro, Minas, Pernambuco, Brasília e Goiás.

Já no Portal de Aprendizado, que desde o lançamento, em 2012, ampliou a oferta e o acesso aos cursos, participaram agentes de 26 Estados – ou seja, de todo o país, à exceção de Roraima. Em 2014, os conteúdos mais acessados foram os dedicados a Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, Balanço Energético, Medição Física, Contratos, Medição Contábil e Penalidades.

Além de tutoriais e treinamentos de nível básico e intermediário, a CCEE promoveu ainda cursos complementares sobre mudanças nas regras de comercialização e no módulo de contratos do CliqCCEE e sessões de capacitação para os participantes de leilões de energia no mercado regulado.

A INSTITUIÇÃO	TECNOLOGIA	OPERAÇÕES	SEGURANÇA	ATENDIMENTO	RELACIONAMENTO	FINANÇAS	
---------------	------------	-----------	-----------	--------------------	----------------	----------	--

Cursos Presenciais

Treinamentos presenciais realizados em 2014		
Tema	Turmas	Inscritos
CliqCCEE - Modulo de Contratos CCEAL - Versão 2014.4.0	4	68
Consumidores Livres e Especiais	8	196
Curso Newave e Decomp	4	105
Registro de CCEAL - Junho 2014	6	158
Sistema CliqCCEE - Módulo Contratos – Alterações das Portarias 455/12 e 185/13	7	184
Visão Geral das Operações na CCEE	8	275
Total	37	986



* Não constam todos treinamentos por Estado não ser informação obrigatória para matrícula

A INSTITUIÇÃO	TECNOLOGIA	OPERAÇÕES	SEGURANÇA	ATENDIMENTO	RELACIONAMENTO	FINANÇAS	
							Cursos Online
Matrículas e cursos concluídos no Portal de Aprendizado - 2014							
Nível	Curso	Profissionais matriculados	Cursos concluídos				
Introdutório	Primeiros passos sobre o setor elétrico e a CCEE	357	169				
Básico	PLD	595	381				
	Balanco Energetico	387	301				
	Medição Física	344	269				
	Contratos	387	248				
	Medição Contábil	297	227				
	Penalidades de Energia	255	205				
	Cálculo do Desconto aplicado à TUSD/TUST	266	176				
	Garantia Financeira	172	172				
	Ajuste de Contabilização e Recontabilização	231	164				
	Encargos	232	159				
	Garantia Física	240	155				
	Liquidação Financeira	199	142				
	Energia de Reserva	214	138				
	Consolidação de Resultados	169	129				
	MRE	186	111				
	Tratamento de Exposição	143	97				
	Votos e Contribuição Associativa	127	96				
	Efeitos de Contrato por Disponibilidade	115	67				
	Penalidade de Potência	95	64				
	Regime de Cotas Garantia Física	82	60				
MCS D	83	55					
Regime de Cotas de Angra	38	29					
Intermediário	Balanco Energético	79	54				
	Liquidação Financeira	44	43				
	Medição Física	36	35				
	Garantia Financeira	45	31				
	Votos e Contribuição Associativa	23	23				
	Consolidação de Resultados	20	17				
	Penalidades de Energia - Versão 2014	15	15				
	Cálculo do Desconto TUSD/TUST- Perfil Consumo	13	13				
	Energia de Reserva – Perfil de Consumo	11	11				
	Regime de Cotas Garantia Física Renovação de Concessão	19	11				
	Ajuste de Contabilização e Recontabilização	13	10				
	Regime de Cotas de Angra 1 e 2	11	9				
	Complementares	Registo de CCEAL - Junho 2014	253	89			
Alterações das Regras de Comercialização - Janeiro 2014		168	31				
Alterações das Regras de Comercialização - Julho 2014		114	14				
Treinamentos para Leilões	Sistemática 20º Leilão de Energia Nova A-5	59	59				
	Sistemática 06º Leilão de Energia de Reserva	45	45				
	Sistemática 18º Leilão de Energia Nova A-5	41	41				
	Sistemática 17º Leilão de Energia Nova A-3	28	28				
	Sistemática 19º Leilão de Energia Nova A-3	15	15				
	Sistemática 13º Leilão de Energia Existente A	42	4				
Total		6.308	4.212				

A INSTITUIÇÃO	TECNOLOGIA	OPERAÇÕES	SEGURANÇA	ATENDIMENTO	RELACIONAMENTO	FINANÇAS
---------------	------------	-----------	-----------	--------------------	----------------	----------



* Não constam todos treinamentos por Estado não ser informação obrigatória para matrícula

Ação especial capacita técnicos do setor elétrico e públicos interessados no mercado



Ao longo do ano, a CCEE realizou também quatro treinamentos especiais voltados a profissionais que atuam em instituições do setor elétrico, como a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e a Empresa de Pesquisa Energética; além de ações de capacitação em fundamentos e aspectos do setor elétrico para especialistas e técnicos de pastas, órgãos e autarquias públicas, como Presidência da República, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Fazenda, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial; além do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, entre outras instituições interessadas em entender as operações de comercialização de energia.

Interação com o mercado



CCEE promove cinco Assembleias Gerais com os agentes

A CCEE realizou, ao longo de 2014, cinco Assembleias Gerais, sendo uma em caráter ordinário, para aprovação das contas referentes ao ano anterior, e quatro extraordinárias, que colocaram em deliberação diversos assuntos de interesse dos associados.

O primeiro encontro de todos os associados no ano foi na 56ª Assembleia Geral Extraordinária, em 22 de abril, convocada para submeter aos agentes do mercado de energia elétrica a proposta de obtenção de financiamento de R\$ 11,2 bilhões, montante destinado à Conta Ambiente de Contratação Regulado, ou Conta-ACR. A operação foi aprovada e teve o contrato assinado junto aos bancos envolvidos em 25 de abril.

A 15ª Assembleia Geral Ordinária, promovida em 29 de abril, aprovou as demonstrações financeiras da CCEE em 2013 e os relatórios emitidos por auditores independentes em relação aos sistemas e operações da instituição.

Na 57ª Assembleia Geral Extraordinária, iniciada em 5 de maio e retomada no dia 13 do mesmo mês, foram eleitos três novos membros para o Conselho de Administração da CCEE. Ary Pinto, Roberto Castro e Solange David assumiram em substituição a Luciano Freire, Ricardo Lima e Paulo Born, que renunciaram aos mandatos em abril.

Em 8 de agosto, foi promovida a 58ª Assembleia Geral Extraordinária, para submeter aos agentes a obtenção de um segundo financiamento para a Conta-ACR, no valor de R\$ 6,57 bilhões. Com aprovação dos associados, a CCEE firmou um novo contrato com um grupo de bancos em 15 de agosto.

Entre outubro e novembro foi realizada a 59ª Assembleia Geral Extraordinária, a última do ano, que em 21 de outubro aprovou o orçamento da CCEE para 2015, no valor de R\$145,3 milhões. Também estava na pauta da reunião o estabelecimento de um novo Estatuto Social para a instituição, o que exigia um quórum de no mínimo um terço dos associados presentes, não alcançado em um primeiro momento. Assim, a Assembleia foi retomada em 4 de novembro, quando os agentes aprovaram por unanimidade o texto.

Reuniões com associações, agentes e comitês colocam em discussão temas de interesse do mercado

Antes da assembleia que deliberou sobre a contratação do primeiro financiamento para a Conta-ACR, a CCEE promoveu reunião de interação com as associações representativas e agentes do setor elétrico, em 16 de abril. Também foi realizada rodada de encontros, em 16 de e 30 de julho, para apresentação prévia da proposta de orçamento para 2015 levada à 59ª Assembleia Geral Extraordinária.

Outros assuntos importantes para o mercado foram abordados no âmbito do Comitê de Medição, que teve duas sessões, em 25 de abril e 22 de julho, e no Comitê de Acompanhamento de Sistemas, em 25 de fevereiro e 22 de julho. Ambos são fóruns em que representantes indicados pelas associações que reúnem agentes do setor elétrico discutem questões ligadas às operações no mercado com os profissionais da CCEE. O primeiro tem tratado diversos temas no âmbito da medição contábil de energia elétrica, enquanto o segundo apresenta aos agentes o andamento dos desenvolvimentos da área de tecnologia da instituição.

Foram promovidos, ainda, três encontros de uma comissão de agentes instituída para discutir e fechar um texto consensual para a revisão do Estatuto Social da CCEE em 2014. As contribuições, consolidadas, foram referendadas pelo conjunto dos associados na 59ª Assembleia.

Novo estatuto reduz necessidade de atualizações

A atualização do Estatuto Social da CCEE teve como principal objetivo retirar do documento dispositivos regulatórios e, assim, torná-lo mais perene e menos sujeito à necessidade de revisões periódicas.

Além disso, as mudanças envolveram a criação da figura do vice-presidente do Conselho de Administração, a ser eleito pelos agentes para substituir o presidente em caso de ausência, com a exclusão do critério etário até então vigente; a possibilidade de o Conselho permitir a participação de agentes nas assembleias de maneira virtual; a previsão de eleição de conselheiro pela maioria dos votos de uma categoria, em caso de ausência de não haver consenso para a vaga desta categoria em específico; a majoração do mandato do superintendente de dois para quatro anos; e a possibilidade de o Conselho autorizar a abertura eventuais filiais da CCEE.

Associações e Parcerias

A CCEE mantém parceria com as principais instituições responsáveis pelo setor elétrico para a troca de informações e dados, bem como para cooperação técnica em assuntos relacionados à operacionalização do mercado, estudos e ações de capacitação. A organização também possui participação e acordos com comitês, associações e fundações relacionados a energia elétrica, à gestão empresarial e ao Poder Judiciário.

Confia abaixo mais informações sobre as associações e parcerias da CCEE.



Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS

A CCEE e o ONS mantêm um acordo operacional, firmado em 2010, para a integração e cooperação entre as instituições, responsáveis pela operação comercial e física do sistema elétrico, respectivamente. Estão previstas na parceria a padronização de procedimentos para uso de sistemas operacionais comuns às organizações, bem como o intercâmbio de dados entre elas a fim de aumentar a eficiência de ambas e otimizar custos. O acordo, com vigência por período indeterminado, é administrado por uma comissão mista, composta por profissionais das duas empresas.



Empresa de Pesquisa Energética – EPE

A CCEE possui acordo operacional com a EPE, órgão do ministério de Minas e Energia responsável pelo planejamento da expansão do setor elétrico, para estabelecer as diretrizes para integração, cooperação e harmonização de procedimentos e práticas entre as instituições, principalmente a partir da troca de dados e informações sobre o desempenho do mercado e os leilões de energia. A exemplo do acordo com o ONS, a parceria é regida por uma comissão mista que tem entre os integrantes profissionais de CCEE e EPE.



Comitê Brasileiro da Comissão de Integração Energética Regional – Bracier

O Comitê Brasileiro da CIER – Bracier é uma entidade não governamental e sem fins lucrativos que reúne mais de 40 empresas e instituições do setor elétrico, entre as quais a CCEE. O Bracier tem como missão promover estudos, pesquisas e ações de fomento à integração e à segurança eletroenergética por meio de comitês nacionais e internacionais, que congregam profissionais do setor elétrico de 12 países da América Central e Latina. A CCEE é a responsável pela coordenação nacional de comercialização da Bracier, na qual são conduzidos estudos e projetos relacionados ao tema, além de compor um grupo de trabalho dedicado ao estudo de geração distribuída.



Cigré – Conseil International de Grands Réseaux Électriques

Fundado em 1921, o Cigré é uma associação internacional que promove a colaboração entre especialistas do setor elétrico de todo o mundo por meio de comitês técnicos e de estudo dedicados a pensar e desenvolver tecnologias e conceitos para enfrentar os desafios atuais e futuros nas questões relacionadas a energia. Possui ainda o Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica - Cigré-Brasil, no qual a CCEE é associada e coordena dois grupos de trabalho para estudos relacionados a “Mercados e regulação de energia elétrica”, dedicados aos temas de “Gestão pelo lado da demanda” e “Melhores práticas em gestão de riscos de mercado”.



Association of Power Exchanges - APEx

A APEx é uma associação que reúne operadores de mercados e bolsas de energia elétrica para o intercâmbio de informações, ideias e práticas. Conta com membros de mais de 30 países e realiza anualmente conferências globais para reuni-los a fim de proporcionar a troca de experiência e o debate sobre soluções para o contínuo desenvolvimento de mercados competitivos e globais de energia elétrica. Em 2014, a CCEE participou, como membro associado, da APEx Conference realizada em Cracóvia, na Polônia.



Epex Spot e European Commodity Clearing

A CCEE mantém um acordo de troca de informações e experiências em mercados de energia elétrica com a Epex Spot e a European Commodity Clearing – ECC; a primeira é uma operadora de mercados de curto prazo de eletricidade com atuação em toda a Europa, enquanto a ECC é uma câmara de compensação (clearing house) que presta serviços para bolsas de energia e gás europeias.



Instituto Ideal – Selo Solar

O Instituto para Desenvolvimento de Energias Alternativas na América Latina – Ideal firmou parceria com a CCEE para o lançamento do Selo Solar, que desde 2012 reconhece empresas que utilizam energia fotovoltaica. A iniciativa contou com apoio também de instituições alemãs de fomento – a empresa de cooperação internacional GIZ e o banco de desenvolvimento KfW. Pelo acordo, a CCEE fica responsável por verificar e certificar a origem renovável da energia elétrica utilizada pelos interessados em obter o selo.

A INSTITUIÇÃO ▼	TECNOLOGIA ▼	OPERAÇÕES ▼	SEGURANÇA ▼	ATENDIMENTO ▼	RELACIONAMENTO ▼	FINANÇAS ▼	
--------------------	-----------------	----------------	----------------	------------------	----------------------------	---------------	--



Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB e Escola Nacional da Magistratura – ENM

A CCEE promoveu em 2014, em parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB e a Escola Nacional da Magistratura – ENM o “3º Curso sobre o setor elétrico para a magistratura”. Realizado em Brasília, o evento reuniu autoridades das principais instituições do setor elétrico e especialistas em Direito para apresentar um panorama sobre o mercado de energia elétrica, as relações de consumo e contratuais nesse ambiente de negócios, as principais discussões judiciais relacionadas ao segmento e seu impacto sobre consumidores e investidores.



Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento – SBGC

A CCEE é associada à Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento - SBGC, fórum para discussão e disseminação de melhores práticas em aprendizagem, colaboração, inovação e inteligência competitiva. O objetivo da instituição é aumentar a efetividade das organizações por meio de ações que promovem o compartilhamento de conhecimento e informação entre os colaboradores, principalmente em empresas com atuação em segmentos muito específicos e técnicos, nos quais a capacitação do pessoal e a memória organizacional surgem como ferramentas vitais para o sucesso.



Fundação Nacional da Qualidade – FNQ

A CCEE é filiada à Fundação Nacional da Qualidade – FNQ, associação que fomenta o desenvolvimento da excelência de gestão entre as organizações do país e atua como um centro de estudos, debates e disseminação de conhecimentos na área.



Fundação COGE

A Fundação Coge é uma instituição cuja missão é prover conhecimento e soluções de gestão empresarial que agreguem valor à cultura técnica das organizações do setor energético, sendo a CCEE uma das empresas parceiras.

Interação com a sociedade



CCEE participa de palestras, eventos, cursos e audiências públicas

Os conselheiros e executivos da CCEE estiveram, ao longo do ano, em diversos seminários, conferências, debates, cursos e workshops voltados a empresas, investidores e profissionais e estudiosos do setor elétrico e áreas relacionadas. Foram 38 eventos em que a instituição promoveu apresentações sobre assuntos como a comercialização de energia, as regras do mercado, contratos, energias renováveis, gás natural, tecnologia, redes inteligentes e questões jurídicas, entre outros.

As participações da CCEE envolveram ainda uma audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados para falar sobre a ampliação do mercado livre de energia; e a recepção de comitivas estrangeiras, como uma delegação africana, investidores sul-coreanos e especialistas de empresas e instituições internacionais.

Fora esses eventos, conselheiros e gestores da CCEE participaram de reuniões de trabalho e seminários de grupos de estudo internacionais em energia, como Cigré e CIER, e associações como a APEX, que reúne operadores de mercados de eletricidade de todo o mundo (**saiba mais em [Associações e Parcerias](#)**).

Na mídia

Ao longo do ano, conselheiros e gestores da CCEE deram entrevistas a dezenas de veículos de comunicação para falar sobre o mercado de energia elétrica, as operações da instituição e, principalmente, o funcionamento da Conta-ACR, criada em 2014.

Finanças em 2014



CCEE otimiza orçamento e reduz contribuição associativa por meio de financiamento

A CCEE manteve, em 2014, praticamente o mesmo orçamento aprovado para o exercício anterior: R\$ 145 milhões. Para isso, foram priorizados os investimentos necessários para garantir a manutenção das operações do mercado e uma série de ações internas que possibilitaram a contenção dos gastos da organização.

Dentre os itens priorizados, destacam-se:

- Desenvolvimento de sistemas tecnológicos prioritários, como novas versões do CliqCCEE e o SigaCCEE, que substituirá o Sistema de Modelagem de Ativos – Soma;
- Serviços de suporte e manutenção dos sistemas;
- Honorários advocatícios relativos à assessoria jurídica e às diversas ações nas quais a CCEE é parte;
- Auditoria de sistemas e dados do mercado.

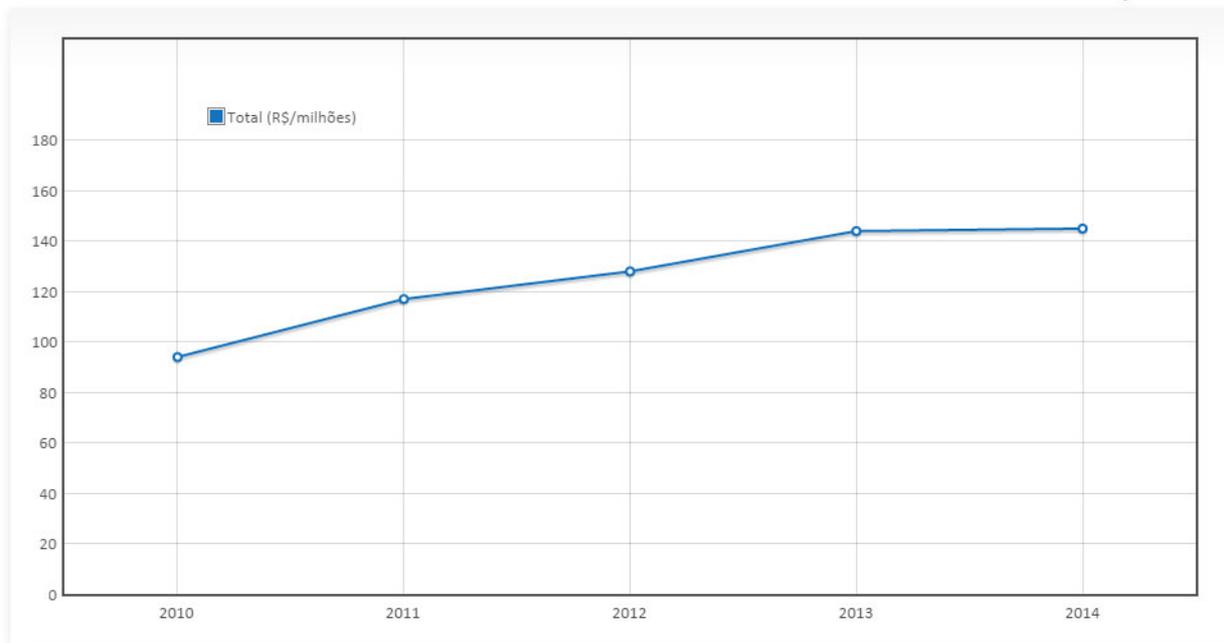
Além disso, a obtenção de novo empréstimo junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, órgão de fomento ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, possibilitou a redução da Contribuição Associativa em 15% frente aos valores do exercício anterior – de R\$ 155 milhões (valor histórico) para R\$ 131 milhões. Os recursos obtidos junto à FINEP visam a viabilização de diversos projetos de tecnologia da informação, como as novas versões do CliqCCEE.

Confira no gráfico abaixo o orçamento da CCEE para 2014 e a comparação deste com as dotações orçamentárias da instituição em anos anteriores:

Orçamento (R\$/milhões)	
Ano	Total
1999	41
2000	59
2001	94
2002	58
2003	56
2004	48
2005	54
2006	53
2007	59
2008	72
2009	81
2010	94
2011	117
2012	128
2013	144
2014	145
2015	146

**Valores históricos, sem correção pelo IPCA.*

Orçamento



**Valores históricos, sem correção pelo IPCA.*



Contribuição Associativa

O cálculo da Contribuição Associativa de 2014, que somou R\$ 131 milhões, considerou as necessidades de recursos para cobertura da proposta orçamentária e pagamento do principal mais juros do financiamento obtido pela CCEE em 2012 para implantação da primeira versão do CliqCCEE.

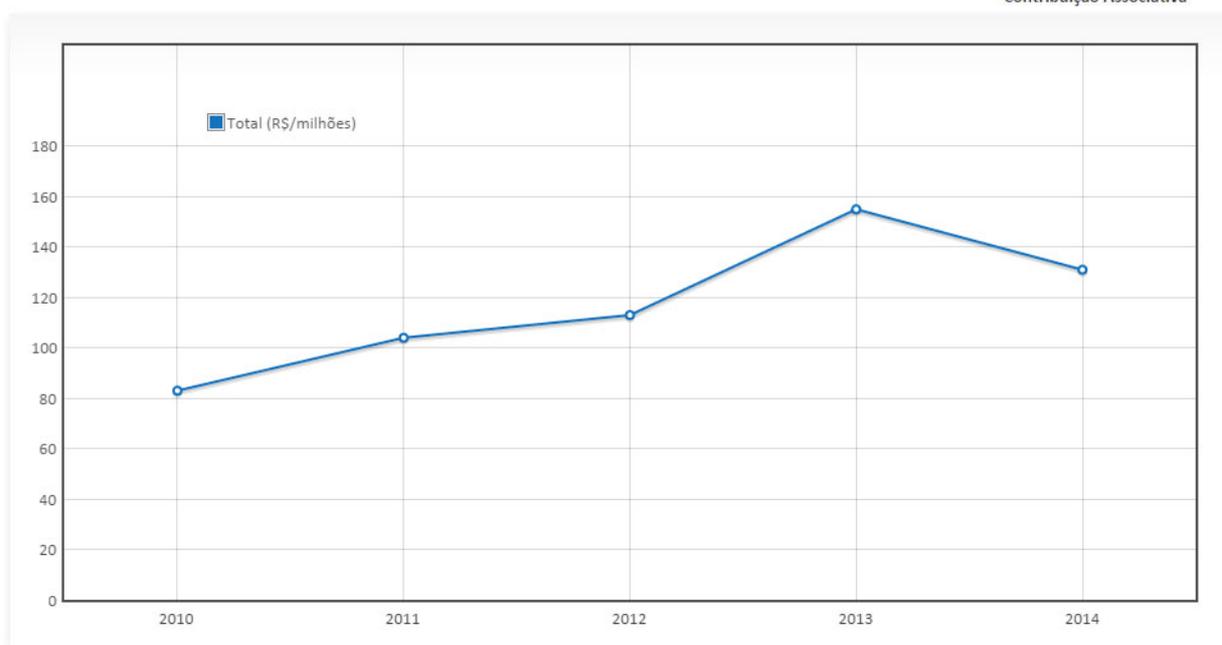
Confira abaixo a comparação da contribuição de 2014 com a dos últimos cinco anos:

Contribuição Associativa

Contribuição Associativa (R\$/milhões)	
Ano	Total
1999	40
2000	59
2001	87
2002	48
2003	44
2004	35
2005	44
2006	44
2007	59
2008	72
2009	80
2010	83
2011	104
2012	113
2013	155
2014	131
2015	155

**Valores históricos, sem correção pelo IPCA.*

Contribuição Associativa

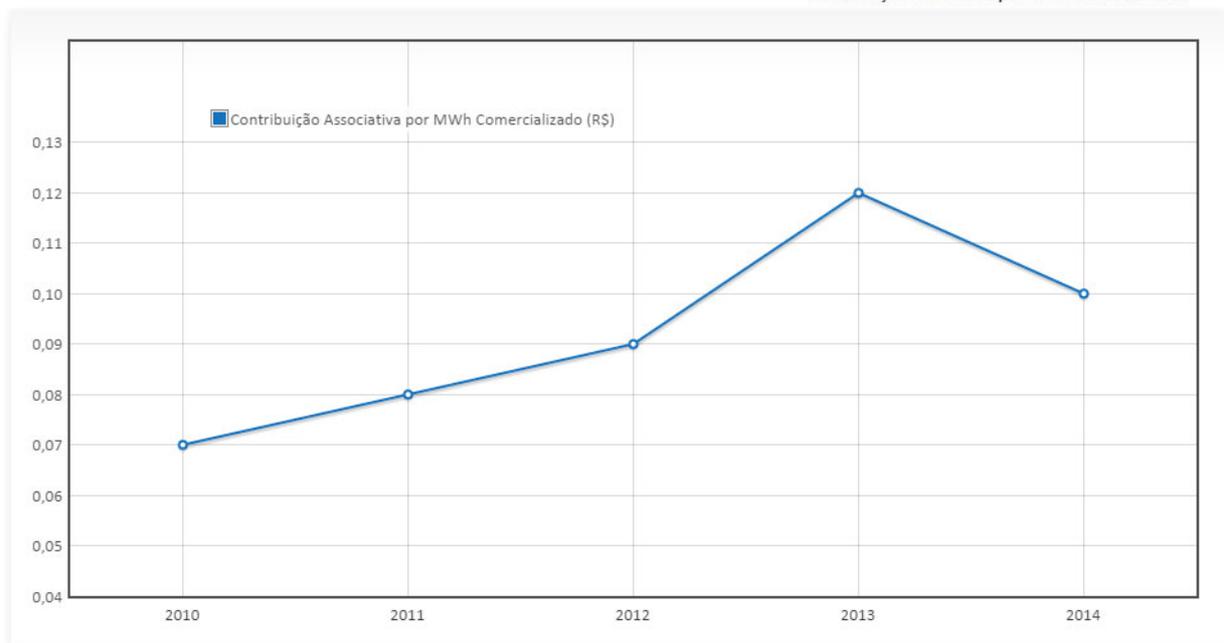


**Valores históricos, sem correção pelo IPCA.*

Contribuição Associativa por MWh Comercializado

Contribuição Associativa por MWh Comercializado (R\$)	
Ano	Total
2004	0,04
2005	0,05
2006	0,05
2007	0,06
2008	0,07
2009	0,08
2010	0,07
2011	0,08
2012	0,09
2013	0,12
2014	0,10
2015	0,12

Contribuição Associativa por MWh Comercializado



A contribuição associativa recolhida ao longo de 2014 representou um valor de R\$ 0,10 por MWh em energia elétrica comercializada pelos agentes de mercado associados à CCEE, com redução frente aos R\$ 0,12 por MWh (valor histórico, sem correção pela inflação) registrado em 2013.

Demonstrações Financeiras

Os agentes associados à CCEE aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária realizada 23 de abril de 2015, as demonstrações financeiras da instituição referentes ao exercício de 2014.

Para acessar o documento, [clique aqui](#).